

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA**

**OS IMPACTOS SOCIAIS E ECONOMICOS DA  
PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO MUNICÍPIO DE  
SILVEIRA MARTINS, RS.**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Adriana Schiefelbein**

**Santa Maria, RS, Brasil.  
2011**

**OS IMPACTOS SOCIAIS E ECONOMICOS DA  
PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO MUNICÍPIO DE  
SILVEIRA MARTINS, RS.**

**Por**

**Adriana Schiefelbein**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**

**Orientador: Profª. Drª. Carmen Rejane Flores Wizniewsky**

**2011**

Schiefelbein, Adriana

Os impactos sociais e econômicos da Previdência Social Rural no município de Silveira Martins, RS./por Adriana Schiefelbein. – 2011.

89f. ; il. ; 30 cm

Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup>Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2011

1.Evolução dos direitos previdenciários 2.Agricultura Familiar 3. Previdência Social Rural  
.I. Título.

CDU 347.471.8

Ficha catalográfica elaborada por Cláudia Terezinha Branco Gallotti – CRB 10/1109  
Biblioteca Central UFSM

---

© 2011

Todos os direitos autorais reservados a Adriana Schiefelbein. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: João Manoel 44 apto 202, bairro Nossa Senhora de Lourdes, Santa Maria  
Fone (55) 32141070 End. Eletr: a.schiefelbein@hotmail.com

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E  
GEOCIÊNCIAS  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de  
Mestrado

**OS IMPACTOS SOCIAIS E ECONOMICOS DA  
PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO MUNICÍPIO DE  
SILVEIRA MARTINS, RS.**

Elaborada por  
**Adriana Schiefelbein**

Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em Geografia

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Profª. Drª. Carmen Rejane Flores Wizniewsky– UFSM**  
Presidente/Orientador

---

**Profª. Drª. Giancarla Salamoni**  
Departamento de Geografia – UFPEL

---

**Profª. Drª. Eliane Maria Foletto**  
Departamento de Geociências - UFSM

Santa Maria, 20 abril de 2011.

## **AGRADECIMENTOS**

A professora Carmem pela paciência, dedicação e empenho para que esta pesquisa pudesse se concretizar não foi apenas Professora e Orientadora foi amiga, e psicóloga.

A professora Giancarla Salamoni e Eliane Maria Foletto pela disponibilidade em participar da banca.

Ao Professor Bernardo Sayão Penna pelo incentivo para que eu fizesse o mestrado também pela disponibilidade em participar da banca.

Aos amigos Mara Dickel, Eduardo Pastóreo e Valkíria Conti que muito contribuíram e foram colegas, amigos e colaboradores imprescindíveis.

A família pelo apoio incondicional e a UFSM pelo ensino gratuito e de qualidade.

## **RESUMO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

### **OS IMPACTOS SOCIAIS E ECONOMICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO MUNICÍPIO DE SILVEIRA MARTINS, RS.**

AUTOR: ADRIANA SCHIEFELBEIN  
ORIENTADOR: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. CARMEN REJANE FLORES WIZNIEWSKY  
LOCAL E DATA DA DEFESA: Santa Maria, 20 de ABRIL de 2010.

A presente dissertação trata de uma pesquisa sobre os impactos da Previdência Social Rural para o município de Silveira Martins e sua importância para a agricultura familiar. Este município foi selecionado por apresentar um elevado percentual de beneficiários desta política pública em comparação com o total de população do município. Os benefícios da Previdência Social representam um importante papel na configuração espacial e na reprodução social do município em estudo. A temática abordada visa analisar a importância dos recursos da Previdência Social na manutenção dos agricultores familiares na unidade produtiva e a inserção do idoso como personagem importante para a economia do município e para a transmissão de saberes. A investigação foi feita através de entrevistas semi-estruturadas gravadas a informantes qualificados da comunidade do município de Silveira Martins e aposentados de diversas localidades do município, bem como coleta de dados junto a agência do INSS de Santa Maria.

**Palavras chave:** agricultura familiar, Previdência Social, Idoso.

## **ABSTRACT**

MASTER'S DISSERTATION  
PÓS GRADUATE PROGRAM IN GEOGRAPHY AND GEOSCIENCES  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

### **OS IMPACTOS SOCIAIS E ECONOMICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO MUNICÍPIO DE SILVEIRA MARTINS, RS.**

AUTHOR: ADRIANA SCHIEFELBEIN  
ADVISOR: PROF<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. CARMEN REJANE FLORES WIZNIEWSKY  
LOCAL AND DATE OF DEFENSE: Santa Maria, APRIL 20th, 2010.

This dissertation deals with research on the impact of the Rural Social Security for the town of Silveira Martins in the maintenance of family agriculture, this city was chosen because this has a high percentage of beneficiaries of public policy compared with the total population of the town. The Social Security benefit is an important role in the spatial configuration and spatial reproduction of the city under study. The selected theme is to analyze the importance of study. The selected theme is to analyze the importance of Social Security funds in the maintenance of family farmers in the productive unit. The elderly represent a significant portion of the economy.

**Key-words:** Family agriculture, Social Security, Ederly.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de Localização do município de Silveira Martins.....	21
Figura 2- Monumento do Imigrante Italiano.....	25
Figura 3- Espacialização das entrevistas .....	44
Figura 4- Evolução do número de benefícios da Previdência Social no município de Silveira Martins.....	45
Figura 5- Aposentada entrevistada na localidade de Linha dos Montuani, em 2010.	48
Figura 6 - Pirâmide Etária do município de Silveira Martins .....	49
Figura 8- Evolução populacional do município de Silveira Martins.....	50
Figura 9- Diversificação dos produtos cultivados pelos entrevistados- Horta e soja .	51
Figura 10 - Criação de galinhas e ovelhas .....	52
Figura 11 - Casa de pedra com mais de cem anos.....	53
Figura 12 - Residências de beneficiários da previdência social em Val de Buia .....	53
Figura 13 - Residência na Linha Quarta Norte, várias benfeitorias, também maquinário completo. ....	56
Figura 14- Produto Interno Bruto de Município de Silveira Martins (IBGE, 2010). ....	58
Figura 15- Trator adquirido com recursos do programa mais alimentos .....	63
Figura 16- Trator da mesma propriedade.....	63



## **LISTA DE QUADROS E TABELAS**

Tabela 1 - Total de benefícios do município de Silveira Martins .....45

Tabela 2 - Entrevistados, composição familiar e tipo de benefício.....47

## **LISTA DE APENDICES**

Roteiro das entrevistas com os representantes das instituições .....	75
Roteiro das entrevistas com os beneficiários da previdência social .....	76
Questionário realizados com beneficiários da previdência.....	77

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo 1- Lei legislativa municipal n.º 463, de 17 de agosto de 1999.....	86
Anexo 2- Lei Municipal nº779 de 29 de março de 2005 .....	87

## **SUMÁRIO**

<b>RESUMO</b> .....	<b>2</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>3</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>8</b>
<b>Capítulo I - A evolução dos direitos previdenciários</b> .....	<b>13</b>
<b>Capítulo 2 - O município de Silveira Martins: resgate de sua formação</b> .....	<b>20</b>
<b>Capítulo 3 – Uma aproximação ao lugar na perspectiva da agricultura familiar</b>	<b>27</b>
<b>Capítulo 4 – A agricultura familiar no processo das transformações espaciais</b>	<b>33</b>
<b>4.1 Reflexões em torno da agricultura familiar</b> .....	<b>38</b>
<b>Capítulo 5 - Os impactos sociais e econômicos da previdência social rural no município de Silveira Martins</b> .....	<b>42</b>
<b>5.2 Impactos Sociais e econômicos da Previdência Social no município de Silveira Martins</b> .....	<b>56</b>
5.2.1. Políticas Públicas para os aposentados em Silveira Martins.....	59
5.2.2. Impactos econômicos para o município de Silveira Martins .....	64
<b>Considerações Finais</b> .....	<b>67</b>
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	<b>69</b>
<b>APENDICES E ANEXOS</b> .....	<b>76</b>

## Introdução

---

Somente cinquenta anos após a promulgação da Lei Eloi Chaves em 1923, que tinha como objetivo regulamentar a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões dos Trabalhadores Urbanos, que se inaugurou no Brasil um sistema de assistência social destinado aos idosos e inválidos do setor rural. O referido sistema foi promulgado pela Lei Complementar nº 11, de 1971, e implementado a partir de 1972 com o programa de Assistência ao Trabalhador Rural/fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Prorural/Funrural).

O sistema previdenciário brasileiro tem como marco inicial a década de 1920, onde inicialmente, os benefícios eram destinados somente a grupos específicos como, por exemplo, os funcionários públicos, ferroviários e portuários. É importante destacar que todos esses benefícios sociais estavam vinculados a trabalhadores urbanos. Após a Revolução de 1930, acentua-se na sociedade uma grande preocupação em busca de melhores condições de trabalho, e é nesta perspectiva que o Estado passa a atuar na regulamentação dos benefícios da aposentadoria elaborando uma legislação que tivesse como objetivo principal o respaldo aos direitos da classe trabalhadora.

Apesar das discussões a respeito da Previdência social, terem tido início na década de 1930, os trabalhadores rurais passaram a acessar o benefício somente a partir da década de 1960. Este novo delineamento passa a ser consequência do processo de consolidação do sindicalismo no Brasil, o qual atuava na forma de representação política dos trabalhadores rurais. Em verdade, a extensão do benefício da Previdência Social a classe dos trabalhadores rurais deveu-se, principalmente, pela preocupação governamental em conter potenciais conflitos que pudessem envolver a área rural, além disso, o governo percebia a necessidade de criar ações que pudessem, de certa forma, mitigar os efeitos diretos ocasionados pela política de modernização adotada naquele período.

Embora a década de 1960 seja reconhecida em virtude dos avanços ocorridos, a legislação previdenciária ainda diferenciava-se para trabalhadores rurais e urbanos, tanto nos valores monetários quanto na cobertura dos planos. Este cenário se modifica somente com a Constituição Federal de 1988 em um período de transição do regime autoritário para a democracia. Efetiva-se a partir deste momento a inclusão dos trabalhadores rurais e dos segurados em regime da economia familiar, considerados especiais nos planos de Regime Geral da Previdência Social.

Apesar do longo tempo transcorrido desde a promulgação da Constituição brasileira, as opiniões quanto aos avanços e retrospectos na perspectiva da redução das desigualdades e dos desequilíbrios regionais ainda continuam divergentes, no entanto, quando nos referimos ao item previdência social rural, este quadro se altera visto que as mudanças passam a ser efetivadas na medida em que as leis 8.212 e 8.213 instituem a condição de “segurado especial”, aos trabalhadores rurais e produtores que trabalham de forma individual ou em regime de economia familiar.

Busca-se desta forma não apenas conceder benefícios a esta grande parcela da população constantemente assolada pelos caprichos da modernidade, trata-se do pagamento de uma grande dívida tida com os agricultores, buscando demonstrar o reconhecimento pelo seu importante papel desempenhado na estruturação e construção do nosso país. Esta nova configuração resulta no incremento significativo do número de beneficiários tanto em nível federal quanto a nível estadual. No decorrer da década de 1990, o número de benefícios pagos ao Rio Grande do Sul teve um incremento expressivo, destacando-se o aumento das aposentadorias por idade.

Neste sentido Caldas (2007) salienta a grande importância atribuída a previdência social na medida em que este benefício pode significar não apenas a manutenção da agricultura mas um mecanismo de sustentação material de outros membros da família. Vão ao encontro a esta perspectiva os estudos efetuados por Balsadi (2005), os representam também quais fazem menção aos processos de redução dos empregos no setor agropecuário. Os dados obtidos no decorrer da referida pesquisa, apontam para o desaparecimento de 963 mil empregos compreendidos no período compreendido entre 1999 a 2003. Torna-se evidente o processo de transformação do campo brasileiro cuja dinâmica populacional

percebida direciona a população rural aos centros urbanos, apontando para uma situação de abandono das áreas rurais.

Frente a este contexto, por muitas vezes, a renda e atividades não-agrícolas passam a ser essenciais para a permanência e manutenção da população no campo, possibilitando a perpetuação da agricultura em escala familiar. Assim, o benefício concedido pela previdência social passa, por muito vezes, a assumir o papel de elemento chave na constituição e manutenção da agricultura familiar, atuando no papel de financiador das atividades agrícolas e não-agrícolas.

Frente às questões apontadas até o presente momento, a presente dissertação busca explicitar reflexões sobre a agricultura familiar e a importância das políticas públicas para a manutenção das unidades de produção como forma de garantia a permanência no campo. Em um contexto histórico marcado por constantes transformações no que concerne à organização do espaço rural, onde novas funções dividem espaços com outras já consolidadas, ou até mesmo atuam como elementos excludentes das velhas funções que não são coerentes com o novo modelo de exploração imposto a sociedade brasileira.

Objetiva-se investigar os impactos sociais e econômicos advindos dos benefícios da Previdência Social, dos agricultores familiares do município de Silveira Martins, localizado na região ocidental do Rio Grande do Sul. A escolha do recorte geográfico do trabalho se deu em função do expressivo número de aposentados residentes no município, cerca de 25% da população total, sendo que 18% desta população reside na área rural, conforme dados obtidos junto ao INSS, dados esses referentes ao ano de 2009.

A presente pesquisa busca refletir sobre a dimensão desta política na organização do espaço e na manutenção da unidade produtiva não somente pelo que ela possa produzir, mas levando em consideração que a Previdência social possa ser o esteio da economia local e o instrumento para garantir a sobrevivência e tornar possível a permanência de pessoas no campo e principalmente em pequenos municípios. Acredita-se que, ao compreendermos melhor a dimensão do benefício em estudo no município de Silveira Martins a pesquisa possa colaborar para a elaboração de políticas públicas municipais, programas e projetos de desenvolvimento direcionados a determinados grupos de beneficiários que possam levar a diminuir os problemas relativos à questão da reprodução social da agricultura

local, bem como a valorização do idoso na economia local. Cabe ressaltar que esta pesquisa parte de duas premissas fundamentais, sendo essas sinalizadoras para o caminho a ser percorrido durante o processo reflexivo:

- a agricultura familiar representa a forma majoritária de produção no município de Silveira Martins, sem embargo, a crise pela qual passam os agricultores camponeses tem dificuldade em permanecer no campo;

- os recursos oriundos da previdência social rural assumem um importante papel como instrumento de distribuição de renda e redução das desigualdades sociais, desempenhando também um papel importante na dinâmica da economia local.

De forma geral, a presente pesquisa busca identificar os impactos que a Previdência Social Rural proporciona aos agricultores familiares e a sua influência na organização espacial do município de Silveira Martins, bem como compreender as transformações, principalmente no que diz respeito à dinâmica do processo de reprodução social, no âmbito da agricultura familiar no município de Silveira Martins. Os objetivos específicos da presente pesquisa podem ser definidos como:

- compreender a importância dos recursos oriundos da Previdência Social na manutenção dos agricultores familiares em suas unidades produtivas;

- analisar a inserção do idoso como personagem importante na economia do município e sociedade local;

- caracterizar e analisar os impactos advindos pelo acesso à Previdência Social rural nas unidades de produção familiar no município de Silveira Martins;

- Identificar e caracterizar os beneficiários da Previdência Social rural (aposentados e pensionistas).

Para o cumprimento de tais objetivos, a presente pesquisa exhibe uma abordagem qualitativa na medida em que busca a aproximação da realidade a partir de elementos que demonstrem uma relação próxima entre o pesquisador e os sujeitos que fazem parte do fenômeno pesquisado. A pesquisa de abordagem qualitativa explora um universo de conhecimentos, significações, crenças, experiências e atitudes que se relacionam a um espaço mais íntimo de relações.

O método constitui-se em uma sequência lógica de procedimentos que devem ser seguidos com o fim de atingir os objetivos aos quais a pesquisa se propõe.

Para a efetivação desta pesquisa, tomou-se por base a execução dos seguintes procedimentos metodológicos:

- Levantamento bibliográfico acerca da temática pesquisada;
- Coleta de dados e informações nos arquivos históricos do município;
- Pesquisa no banco de dados do Instituto Nacional de Previdência Social da região de Santa Maria com o intuito de sistematizar os dados referentes ao município de Silveira Martins;
- Realização de entrevistas com base em roteiros semi-estruturados (gravados), cujo roteiro encontra-se no Apêndice, informantes qualificados, ou seja, representantes de instituições como do Escritório municipal da Emater, Secretaria Municipal da Agricultura, Secretaria do Bem Estar Social, Secretaria Municipal da Saúde e Associação da Terceira Idade de Silveira Martins, da comunidade do município de Silveira Martins, com o intuito de obter informações sobre os recursos dos beneficiários da Previdência social, principalmente no que se refere aos impactos percebidos no município;
- Realização de entrevistas semi-estruturadas (gravadas) à treze famílias de aposentados rurais, cujo roteiro encontra-se no Apêndice;
- Aplicação de questionário para breve caracterização da exploração familiar dos beneficiários da previdência selecionados para a pesquisa, cujo modelo encontra-se no Anexo 03.
- Sistematização dos dados e informações coletados no decorrer da pesquisa.



## Capítulo I - A evolução dos direitos previdenciários

---

O ano de 1923 pode ser considerado como marco da Previdência social no Brasil, mediante a promulgação da Lei Eloy Chaves através do Decreto nº4682 datada de 24 de janeiro do mesmo ano. Este decreto faz vistas sobre a proteção social e cria Caixas de Aposentadorias e pensões (CAPS)<sup>1</sup> para os empregados das estradas de ferro de cada uma das empresas ferroviárias.

Embora o período histórico próximo a promulgação da Lei Eloy Chaves tenha sido marcado por mobilizações proletárias bastante representativas, não existia compromisso efetivo por parte dos representantes governistas no sentido de integrar as populações da área rural ao sistema social. Em vista disto, a aprovação do decreto da Lei Eloy Chaves precisou contar com o apoio de setores intelectuais da classe média urbana e membros da burguesia industrial, contrapondo forças com representantes da sociedade agrária brasileira, que em sua totalidade iam contra a aprovação da lei.

A Revolução de 1930 resultou no enfraquecimento das oligarquias agrárias o que possibilitou ao Estado uma maior inserção de suas ações em regiões que antes não podiam se fazer presente. Em vista disso, a administração pública passa a elaborar políticas de proteção social cujo único propósito consistia em regular a sociedade civil.

Em contraposição a política do Estado mínimo adotada na Republica Velha, o Governo Getúlio Vargas passa a atuar mais próximo a sociedade, buscando cobrir lacunas que até então permaneciam unicamente sob juízo da ação privada. Este cenário marca efetivamente a mudança do papel do Estado e de sua capacidade de

---

<sup>1</sup> As CAPS eram instituições privadas, administradas pelas próprias empresas através de um conselho de administração composto pelo superintendente ou inspetor geral das empresas, dois empregados (caixa e pagador) e por mais dois empregados, eleitos a cada três anos pelos próprios funcionários das empresas. O fundo destas Caixas era formado através de contribuições patronais e taxas cobradas dos usuários destes serviços (usuários das Estradas de Ferro). Fundamentava-se através de um sistema tripartite composto por Estado, empresa e os trabalhadores.

impor-se às oligarquias regionais, o que passa a ser observado pela criação da Secretaria de Estado denominada Ministério dos negócios do Trabalho, Indústria e Comercio promulgado através do decreto nº 19433 de 26/11/1930, cujas atribuições estavam direcionadas a orientação e supervisão da Previdência social.

Durante o primeiro mandato do governo Getúlio Vargas, o modelo de Caixas sofre alterações e em 1932, após a criação de uma comissão de discussão cria-se o Instituto de Aposentadorias e pensões (IAPS). Este modelo diferencia-se do anterior visto que o Instituto, diferentemente das Caixas possuía vigor em todo o território nacional e a gestão passava a ser realizada através das diretrizes de um modelo publico. Este modelo cobria os trabalhadores segundo seus setores de atividade (bancos, transportes, indústria) não existindo um sistema unificado. Os trabalhadores rurais não eram contemplados por este sistema, embora a constituição de 1934 já estabelecesse que todo trabalhador brasileiro possuísse direito à proteção da previdência social (SCHWARZER, 2000).

Fica evidente esta situação ao visualizarmos a obra de Otavio Ianni (1971) o qual salienta que o modelo populista adotado no governo de Getúlio Vargas, assumia esta configuração em virtude de que o Brasil estava em um momento de transição do capitalismo nacional de seu modelo agrário exportador, para um urbano-industrial. Logo, todas as atenções voltavam-se para a classe burguesa urbana emergente, bem como um proletariado urbano que passaria a ser alvo do populismo, relegando o agrário ao segundo plano, (SANTOS, 2006).

Segundo Schwarzer (2000) afirma que a explicação para a exclusão dos trabalhadores rurais do sistema previdenciário seria sua pouca representatividade. Na verdade, neste momento da história política do país o campesinato praticamente inexistente no cenário das relações de poder com o Estado, subordinado que estava aos poderes local e regional. Apesar de até a década de 1960 a população rural constituir a maioria da população brasileira, sua classe não compunha um grupo com capacidade de pressão política para que o Estado em seu então molde populista/paternalista estendesse ao trabalhador rural o benefício da seguridade social como estratégia de cooptação.

A estrutura de expansão da seguridade social no Brasil seguia um modelo de círculos concêntricos em que eram atendidos primordialmente os grupos profissionais estratégicos ao modelo de desenvolvimento. Em contrapartida, foram

excluídos do processo os setores da sociedade definidos naquele momento como dotados de menor representatividade. Este modelo é identificado como o padrão ocorrente em toda a América Latina (SCHWARZER, 2000a).

Como resultado, nas políticas sociais governamentais das décadas de 30, 40 e 50 foram incluídos quase todos os trabalhadores urbanos e a maioria dos trabalhadores autônomos, mas categorias profissionais ficaram fora da cobertura: entre estes estavam os trabalhadores rurais, as empregadas domésticas e os profissionais autônomos. A exclusão dos trabalhadores rurais devia-se ao conformismo rural, até meados da segunda metade da década de 50, e das outras categorias profissionais explicava-se pela dificuldade de organização das demandas de profissionais caracterizados pela fragmentação e dispersão". (BRUMER, 2002, p. 54)

Apesar deste novo cenário, inúmeros setores ainda permanecem excluídos do acesso aos mecanismos de proteção social, podemos citar os trabalhadores rurais e empregados domésticos. Apesar de sua expressiva importância demográfica, os trabalhadores rurais começaram a organizar-se somente a partir do surgimento das ligas camponesas, ao final da década de 1950, tendo como eixo norteador a luta pela Reforma agrária e por melhores condições de trabalho.

A primeira ação direcionada a inclusão do trabalhador rural entre os beneficiários da previdência social ocorreu no ano de 1945, sob a ingerência de Getúlio Vargas que assinou a Lei Orgânica dos Serviços Sociais (Decreto-Lei 7.526, de 7 de maio de 1945) criando o Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB), com administração única e controle centralizado. Este fato apontava para a efetivação de um antigo objetivo da previdência social o qual consistia na unificação de todas as instituições previdenciárias existentes bem como, resultaria também na extensão do benefício a toda a população ativa do país. Apesar da notória importância da aplicação desta iniciativa que buscava universalizar a previdência social, o governo empossado no ano de 1946 não conseguiu aplicar efetivamente a suas ações.

A inclusão efetiva do trabalhador rural na legislação previdenciária ocorreu somente em 1963, mediante a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214, de 2 de março) que, entre outras medidas, criava o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural). O custeio de suas ações ficava condicionada a contribuição de 1% do valor da primeira comercialização do produtor rural. Embora o Estatuto elencasse uma série de benefícios, sua efetivação prática

no tocante às medidas de previdência social ficaram bastante limitadas pela escassez de recursos financeiros.

Em 28 de fevereiro de 1967, o Decreto Lei 276 reformula o Estatuto do Trabalhador Rural e o adequa as suas reais possibilidades. Com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) as arrecadações passam a ser de sua responsabilidade e o plano de prestação fica restrito as assistências médica e social, suprindo os benefícios em dinheiro. A sistemática da contribuição também sofre alterações, que continuava a ser recolhida como percentual da primeira comercialização do produto rural, mas passava a ser obrigação do adquirente e não mais do produtor, a menos que esse processasse a transformação do próprio produto. Tal medida tinha por objetivo facilitar a fiscalização, uma vez que se esperava que a empresa que industrializasse o produto já estivesse vinculada ao sistema previdenciário.

No intuito de fazer com que os serviços previdenciários chegassem efetivamente aos trabalhadores rurais, foi criado, em 1969 (Decreto-Lei 564, de 10 de maio), o Plano Básico da Previdência Social. Este Plano destinava-se, inicialmente, a amparar os trabalhadores rurais da agroindústria canavieira e seu custeio seria coberto pelas contribuições de empregados e empregadores. O plano de benefícios era semelhante ao do Estatuto do Trabalhador Rural, com exceção das assistências médica e à maternidade e com a inclusão do auxílio-reclusão. Em 14 de julho de 1969, pelo Decreto-Lei 704, assim, o Plano Básico foi estendido a outras atividades rurais. Todavia, seus objetivos não foram atingidos de maneira satisfatória, levando o governo a buscar novas iniciativas no campo da previdência social rural (BELTRÃO, 2000).

As reflexões de Beltrão (2000) também apontam para o fato de que em 25 de maio de 1971, a Lei Complementar 11 extinguiu o Plano Básico, criando em seu lugar o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pró-Rural), destinado à prestação de aposentadoria por velhice, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço social e serviço de saúde aos trabalhadores rurais e aos seus dependentes. A responsabilidade pela execução do programa coube ao Funrural, ao qual foi atribuída a personalidade jurídica de natureza autárquica. Ficou equiparado ao trabalhador rural, pela Lei Complementar 11, o produtor que trabalha na atividade rural sem nenhum empregado. Posteriormente, pelos Decretos 71.498, de 5 de

dezembro de 1972, e 75.208, de 10 de janeiro de 1975, os benefícios do Pró-Rural foram estendidos, respectivamente, aos pescadores e aos garimpeiros.

No ano de 1974, os benefícios da Previdência social rural recebem um acréscimo de duas novas medidas: - o amparo para os com idade além de 70 anos e aos que estão definitivamente incapacitados para o trabalho e que não possuam outra fonte de renda (lei 6.179 de 11 de dezembro); - seguro para acidentes de trabalho (Lei 6.195 de 19 de dezembro).

Até o ano de 1977 os beneficiários da Previdência rural e urbana eram assistidos por dois órgãos distintos: o Funrural e o INPS os quais eram responsáveis pela assistência médica, assistência social, prestação de benefícios e por toda a estrutura administrativa e financeira dos seus programas. Com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas) através da Lei 6.439 de 1 de setembro de 1977 as duas clientelas passam a ser unificadas e cada função passou a ser de um órgão específico.

A obtenção do benefício rural de aposentadoria por idade estava delimitada em 65 anos de idade, com valores referentes a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Paralelo aos benefícios previdenciários, foram também criados os assistenciais: as rendas mensais vitalícias por idade (elegibilidade aos 70 anos) e por invalidez, com valor também de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, que cobriam a parcela da população rural que não podia de alguma forma comprovar a atividade. Com a Constituição Federal de 1988 altera-se os padrões para a concessão dos benefícios por idade ficando delimitado como 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres (cinco anos a menos que os trabalhadores urbanos e um piso de benefício igual ao salário mínimo. Neste sentido Bezerra (2006)

Dita mudança significou: a equivalência de benefícios urbanos e rurais, a fixação de um benefício correspondente a um salário mínimo, bem como o direito à aposentadoria da mulher agricultora e a redução da idade mínima de aposentadoria (de 65 para 60 ano no caso dos homens e de 60 para 55 anos no caso das mulheres). (BEZERRA, 2006, p. 107.)

O marco fundamental das mudanças coincide com o surgimento das leis 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991 (BRASIL, 2001a, 2001b), que instituem a condição de “segurado especial” aos trabalhadores rurais e produtores que trabalham individualmente ou em regime de economia familiar, entendida aqui como inexistência de contratação de mão de obra permanente ou eventual.

Ao inaugurar-se a previdência rural de fato em 1992, com a aplicação das novas leis de custeio e benefícios da previdência (Leis 8.212 e 8.213 de junho de 1991), chegou ao meio rural um sistema de atendimento ao trabalhador rural informal e à agricultura de subsistência, remetido no contexto da constituição federal de 1988 (art. 194, §8º) ao conceito genérico de “regime de economia familiar”. Isso na realidade, é uma novidade no sistema previdenciário, que desde sua criação em 1923 circunscrevia-se ao contrato formal de trabalho das categorias ocupacionais urbanas”. (DELGADO & CARDOSO Jr., 1999, p. 21).

Os benefícios pagos à clientela rural representam como indicam certos estudos, não apenas a manutenção do agricultor ou da agricultora, mas um mecanismo de sustentação material de outros membros da família, que momentânea ou permanentemente encontram-se na condição de desempregados e/ou subempregados, assim como de jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, é destacado o papel que desempenham as rendas e atividades não agrícolas, não só para a permanência da população no campo (CAMPANHOLA; SILVA, 2000; DEL GROSSI, 1999), mas, sobretudo, para a viabilização da agricultura familiar. O elemento novo desses estudos, e que suscita o debate entre os estudiosos, prende-se à discussão sobre uma outra questão, qual seja, a de que num contexto geral em que se reduziram os apoios gerais à agricultura, como é o caso do crédito rural a juros subsidiados, houve também a abertura da economia ao ingresso de produtos importados e um escasso apoio ao setor familiar da agricultura nacional. Diante dessa conjuntura, os chamados recursos previdenciários estariam assumindo o papel de uma espécie de “seguro agrícola” ante a reiterada instabilidade dos mercados e a precariedade das políticas de apoio às atividades agrícolas. É essa a conclusão dos estudos de Delgado e Cardoso Júnior (1999, 2000); Caldas e Sacco dos Anjos (2004). Concretamente, eles indicam que os benefícios previdenciários estariam, indiretamente, financiando as atividades produtivas, em lugar de servirem de instrumento exclusivo de sobrevivência das pessoas. Do mesmo modo, estudos como o de David *et al.* (1999) ressaltam o papel da previdência social rural enquanto instrumento de combate à pobreza rural.

Neste mesmo contexto, segundo Bezerra (2006), se percebe em grande medida um aumento na esperança de vida da população rural, e uma queda na taxa de fecundidade, o que resulta no envelhecimento da população rural brasileira. O

mesmo autor salienta que além da população rural estar vivendo mais, os jovens vêm abandonando o campo, e a esse fenômeno denomina êxodo seletivo,

O processo de envelhecimento da população rural, é consequência do efeito simultâneo de uma série de fatores, entre os quais figuram: a queda da taxa de fecundidade, o aumento da esperança de vida das pessoas resultante da melhoria das condições de saúde (acesso a medicamentos, atendimento ambulatorial, etc) , bem como do êxodo seletivo, que remete às cidades as camadas mais jovens da população ativa, em busca de oportunidades e ascensão social. Mas esse cenário é também favorecido pelas recentes mudanças que aconteceram no sistema de aposentadorias, ou o que aqui referimos como processo de universalização da seguridade social. (BEZERRA, 2006, p. 107).

Assim a agricultura familiar está estreitamente relacionada a universalização dos direitos sociais, a medida em que os agricultores beneficiários passam a usufruir de melhores condições proporcionadas por um incremento na renda familiar.

## **Capítulo 2 - O município de Silveira Martins: resgate de sua formação**

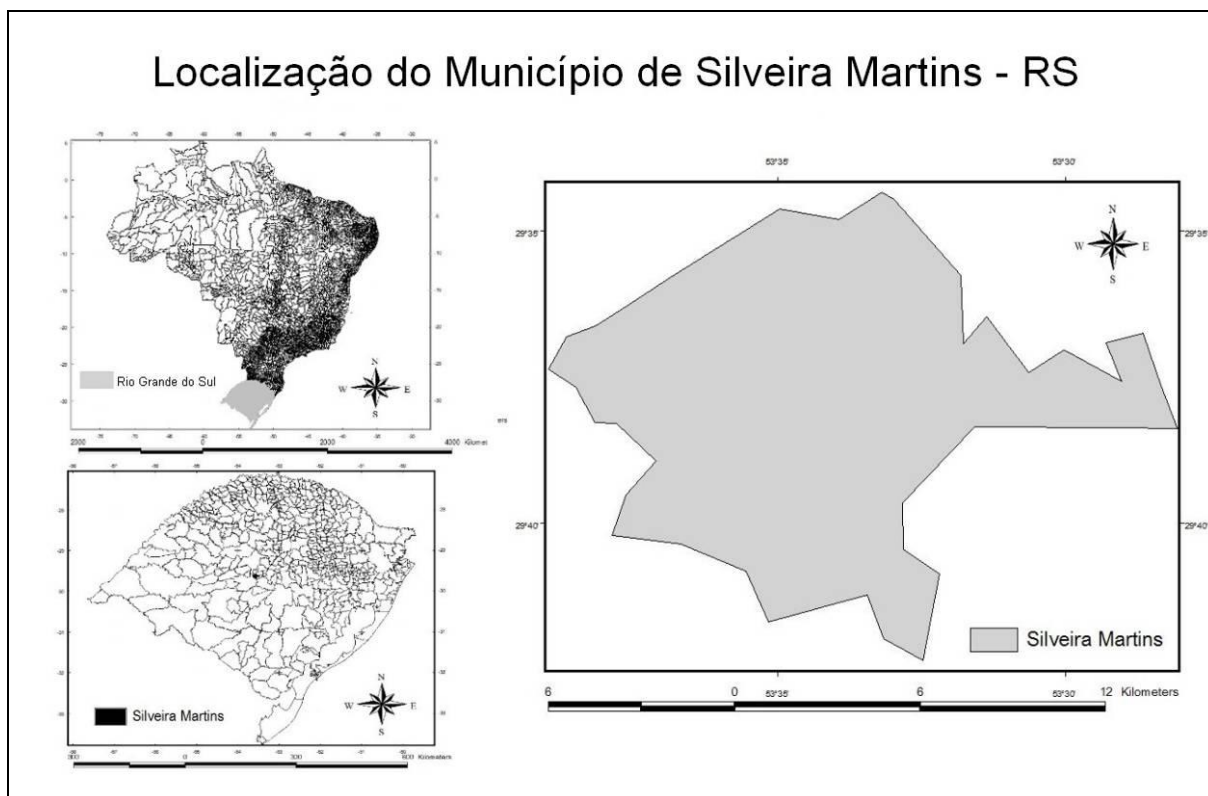
---

O município de Silveira Martins pertence a Macroregião Sul do país, Mesoregião Centro-Ocidental Rio Grandense e a Microregião de Restinga no estado do Rio Grande do Sul, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como pode ser observado na figura 01. Situada sobre a Serra de São Martinho, na Serra Geral, ou Rebordo do Planalto, é uma área piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado, apresentando clima subtropical úmido. O território do atual município de Silveira Martins é o berço da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, organizada pelo Governo Imperial a partir de 1877. Segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE) possui uma população de 2.452 habitantes sendo 1091 na área urbana 1361 na área rural. O Município de Silveira Martins alcançou a sua emancipação em 1989. A localidade deu origem aos demais municípios que formam a Quarta Colônia.

Atualmente o município de Silveira Martins, encontra-se dividido em 17 localidades que são: Linha Quarta Norte, Linha dos Granzotto, Linha Seis Norte, Val Veronês, Linha Dois Norte, Linha Base, Marco 50, Vila Cattani, Linha Um-Sul, Linha Três-Sul, Linha Seis-Sul, São Roque, Linha Pompéia, Val Feltrina, Linha Piasentin, Linha dos Mantoanos e Vale dos Panos.



## Localização do Município de Silveira Martins - RS



**Figura 1- Mapa de Localização do município de Silveira Martins**  
Fonte: Schiefelbein, A; Pastorio, E .2010

Como já foi dito, no município a agricultura representa a maior importância do município, segundo dados do IBGE (2006)<sup>2</sup>, as atividades relacionadas a agropecuária representaram 41% dos ingressos no município, seguida pelos serviços 53% e do comércio 6%. Sendo assim, é importante destacar que é na agricultura familiar que a força econômica do município se concentra.

Conta recentemente com a implantação de uma unidade descentralizada da Unidade descentralizada de educação superior da UFSM, que dará ao município destaque também no plano educacional.

Segundo Vieira; Rovani (2009), no que se refere ao uso da terra, a classe que corresponde as florestas é a mais significativa, com 53%, devido a acentuada declividade o que faz com que haja uma maior preservação nestas áreas, em função, principalmente do difícil acesso. Já os campos, que correspondem às áreas mais planas, representam 40% da área total do município, estes são dispersos em toda a extensão do município, é onde se concentram as lavouras e pastagens. Cabe ressaltar que as pastagens se concentram em áreas mais degradadas, onde a

<sup>2</sup> Dados disponíveis em [www.ibge.gov.br/cidadessat](http://www.ibge.gov.br/cidadessat)

topografia favorece a erosão do solo, essas áreas são aproveitadas para a criação de gado com pequenos rebanhos principalmente bovinos e ovinos. Entre os principais produtos produzidos no município estão: a batata inglesa, soja, milho, fumo, seguido de produtos com menor expressão como cana-de-açúcar, mandioca, alfafa e azevém.

A batata inglesa que já foi a mais importante expressão na agricultura do município, perdendo espaço para a soja, embora em grande medida, essas culturas aparecem associadas. Mas também merece destaque a produção de uva, especialmente na Localidade de Val Fetrina, onde o cultivo se desenvolve em parreiras, além disso, a comunidade também se dedica a produção dos derivados, como vinho, licores, geléias, chimia entre outros, importantes para aumentar a renda do agricultor. Nas Localidades Seis Norte e Val Veronês há produção de fumo em corda em pequena escala.

O imperador Dom Pedro II, preocupado com as terras devolutas na Serra Gaúcha, resolveu assegurar sua ocupação com projetos de imigração, capazes de desenvolver a agricultura familiar, como segunda preocupação constituir residência civil em caso de possíveis invasões estrangeiras, neste primeiro plano não constava Silveira Martins. As primeiras levas de imigrantes italianos nas Colônias de Campo dos Burges, Dona Isabel e Conde D'Eu, hoje Caxias do Sul, Garibaldi e Bento Gonçalves, chegaram no ano de 1875, favorecidos pela unificação da Itália e a necessidade de ocupação da região serrana da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Dessa forma, estavam formadas as três colônias de imigração italiana do Rio Grande do Sul. Estas primeiras levas de imigrantes encontraram muitas dificuldades como a precariedade das estradas e o excesso de chuva. Os próximos imigrantes a chegarem ao porto de Rio Grande, foram orientados a irem para a região central do estado, mais especificamente em Santa Maria. Um dos argumentos que ajudou a convencer estes imigrantes foi o nome do lugar, que julgaram estes ser muito bom ir para um lugar com nome de Nossa Senhora, já que eram muito religiosos.

Muitos italianos continuaram vindo para o Brasil motivados pelo sonho de fazer a América. Dom Pedro II, através de seu aliado senador do império, Gaspar da Silveira Martins, percebeu a necessidade de povoar a Serra de São Martinho, fazendo defesa ao norte e nordeste para a intendência de Santa Maria da Boca do

Monte. Surge então mais uma colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul, chamada inicialmente de Città Nuova, depois Città Bianca e mais tarde de Silveira Martins, em homenagem ao seu intercessor no império, Gaspar da Silveira Martins.

Silveira Martins foi fundada por Imigrantes Italianos em 1877. Inicialmente ficou conhecida com a denominação “Cittá Bianca” (cidade branca), porque as barracas eram cobertas com lençóis brancos. Ali chegaram vários grupos de famílias, perfazendo um total de 1600 pessoas, todos acamparam no Barracão de Val de Buia e sua cercania, numa precária e longa espera.

A partir de 1879 os colonos resolveram dar um nome condigno e de importância para o núcleo colonial e designaram como patrono “Silveira Martins”, em homenagem ao ilustre rio-grandense, que nasceu na Serra de Aceguá, município de Bagé em 05 de agosto de 1834. A escolha do nome deve-se porque Gaspar Silveira Martins, hábil político da época e grande tributo, sendo conhecido como o “Sansão do Império”, era admirado pelos colonos, tendo exercido diversos cargos públicos e na época da imigração italiana, exercia o cargo de ministro dos negócios da Fazenda, carregando recursos para a colonização do núcleo da Cidade Nova. Assim teve origem o nome designado à localidade que surgia no sopé do morro e que hoje é o município de Silveira Martins.

Com o tempo, as novas terras passaram a ser trabalhadas conforme as possibilidades, assim o imigrante colono italiano tornava-se proprietário da terra. A unidade familiar fortalecida pelas dificuldades em adaptar-se, o trabalho exaustivo e muitas vezes com incertezas, fazia crescer cada vez mais a ideia de progredir. Os imigrantes italianos carregavam a ideia de evoluir economicamente, muitas vezes deixando de consumir produtos básicos com o objetivo de garantir um excedente a ser comercializado.

De acordo com Maestri (2005, p. 27), já em 1883, poucos anos após o desembarque da primeira turma de emigrados ter desembarcado na colônia, Enrico Perrod, cônsul Italiano em Porto Alegre, relatava que a ex-colônia de Silveira Martins já era, desde o início do processo colonizador, citada como uma comunidade progressiva próxima a Santa Maria, enviava cerca de 40 mil francos por ano para à Itália, produziam arroz, feijão, batata, milho, trigo, alfafa, uva, etc. Silveira Martins desde o início da colonização era citada como uma comunidade que progredia. Uma das promessas feitas pelos italianos ao saírem da Itália era de que conseguiriam

progredir e enviariam dinheiro sempre que pudessem para o país de origem que encontrava-se em crise e viu na emigração uma saída para as péssimas condições em que encontrava-se esta população. Segundo Saquet (2003) salienta a importância dos imigrantes na fabricação de mercadorias e na isenção de novas relações de produção diversificando a economia regional, ou seja, os colonos trouxeram novos conhecimentos, novas técnicas de produção entre as quais se destaca a vitivinicultura.

Segundo Zanini (2006), de forma diferente ao ocorrido em outras regiões da América, no Brasil os italianos traziam toda a família com uma base patriarcal muito forte com uma subordinação dos membros da família em relação ao pai. O colono, trabalhador da terra encontrou terrenos pedregosos, fez lavouras, construiu casas, moldou o lugar conforme sua cultura. A imagem que os descendente guardam dos pioneiros é a de gente simples, abnegada, esforçada, humilde e, sobretudo ambiciosa. Aos filhos, era passada a ideia de economia, com a preocupação em gerar lucro, com um modelo que visa ascender economicamente e adquirir bens. O fato de se tornarem proprietários os vinculou com a terra e fez nascer seu amor pela nova pátria, afastando a ideia de voltar para a Itália. As crianças trabalhavam desde muito novas, não sobrando tempo para brincar. Os conhecimentos e saberes sobre a forma de produzir eram repassados geração para geração, assim como a ideia de que o pai era o responsável pelo sustento da família, e a herança, no caso de morte dos pais, era repartida de forma desigual, onde as filhas mulheres acabavam sempre em desvantagem.

A religião foi muito importante no processo de adaptação, pois levava alento em situações difíceis, o sacerdote proferia em lugares sagrados como igrejas e capelas. Os sacerdotes tiveram muita importância no processo de emigração, já que os ideais da igreja católica estavam em crise na Europa, mais tarde ajudaram no processo de adaptação. Havia uma distinção entre os nativos e os imigrantes italianos baseada na italianidade que pregavam o catolicismo punitivo. Os italianos eram classificados como trabalhadores, cristãos, econômicos, já os nativos, eram vistos como preguiçosos, de pouca moral e esbanjadores. (ZANINI, 2006)

Apesar da grande religiosidade entre os imigrantes, nos primeiros anos do processo de colonização de Silveira Martins, não havia sacerdote, isto incomodava muito os colonos que buscavam na religião forças para suportar os desafios

encontrados na terra estrangeira. Em datas especiais como batismo e casamento, não receber a benção era penoso. A religião era a base segura, uma garantia de reprodução dos costumes dos antepassados, da memória, dos valores que não poderiam ameaçar a moral campesina. A colonização no Rio Grande do Sul é retratada pelos religiosos como mantenedora da família e seus costumes.

Esta fé do colonizador é retratada no Monumento ao Imigrante Italiano, inaugurado em 1977, no barracão de Val de Buia, como pode ser observado na figura 02, no referido local, foi onde se instalaram os primeiros imigrantes da região, antes de serem encaminhados para os lotes coloniais, o monumento que possui uma cruz que simboliza a fé cristã do imigrante italiano e todos que faleceram devido a epidemia ocorrida em Val de Buia em 1878. Em 1878, mudaram o nome da localidade para “Cittá Nueva” (cidade nova), essas denominações foram dadas pelos imigrantes italianos, ao povoado que surgia no sopé do morro.



**Figura 2- Monumento do Imigrante Italiano**

Fonte: <http://aitafamilia.files.wordpress.com.2008>.

Os imigrantes estabelecidos na região central não obtiveram os mesmos benefícios dos primeiros imigrantes, que se instalaram na Serra Gaúcha. Faltaram-lhes as longas araucárias para construir as primeiras moradias e os pinhões para dar sustento aos imigrantes. Talvez por esse motivo, uma epidemia de peste

bubônica matou mais de 400 imigrantes ainda no barracão da Val de Buia, local onde se abrigaram os imigrantes, antes de receberem as suas colônias de terra.

Ao longo da história do município, se percebe a importância do colono italiano, já que a cultura do atual município está impregnada pela força dos imigrantes e seus descendentes. Prova disso, é a presença da agricultura colonial, a preservação dos valores culturais que podem ser percebidos na forma de apego a terra e ao trabalho nela, a forma de falar e se expressar, a preservação da gastronomia dos primeiros imigrantes, as festas e o respeito a família e a igreja.

### **Capítulo 3 – Uma aproximação ao lugar na perspectiva da agricultura familiar**

---

O conceito de lugar está condicionado a concepção filosófica da Geografia Humanística, a fenomenologia, que se baseia na subjetividade humana para interpretar o mundo, assim, a percepção das pessoas, a criatividade, as crenças pessoais, as experiências no desenvolvimento de atitudes de seus ambientes contribuem para definir o lugar.

Para Tuan (1985), lugar é uma parte do espaço que pode ser ocupada, desocupada, real ou percebido. As pessoas podem mesmo derivar sua identidade pessoal a partir do lugar e, fora dele começa o espaço imensurável do qual o indivíduo ou um grupo tenha algum conhecimento, mas não o sentimento de se sentir em casa e de sentir afeto.

As reflexões sobre que envolvem a agricultura familiar e desenvolvimento rural se relacionam também com os processos de mudança social, no que se refere a qualidade de vida, a ampliação da justiça social, das liberdades individuais e a emancipação política. A afetividade que os sujeitos, no caso os agricultores familiares camponeses, desenvolvem com o lugar só ocorre pelo fato deste estarem munidos de uma intencionalidade, neste caso relacionando os objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades e relações ali desenvolvidas.

É possível pensar no rural numa perspectiva de lugar, onde o lar é onde a vida começa e termina; é o principal referencial da existência da espécie humana na medida em que este é a forma concreta de abrigo, eles são centro de significado para os indivíduos e grupos, onde o sujeito preserva sua identidade, seus valores, sua cultura. Ao saírem do meio rural em direção a cidade este conhecimento muitas vezes se perde e por vezes acaba levando ao subemprego e a condições de vida muitas vezes inferiores a que se vivia no campo. A dimensão do lugar, portanto, refere-se ao espaço em que transcorre a vida cotidiana dos agricultores e de suas famílias começa em sua residência e termina no Bairro ou no Município.

Neste lugar cada família estabelece mecanismos e meios de se reproduzir, por vezes formando microterritorialidades em que, no limite, de cada unidade familiar pode ser considerada independente. O território, ali é percebido a partir do conceito geográfico de lugar que, como tal, tem ao mesmo tempo uma projeção material, mas que é, sobretudo, uma construção social do espaço que ocorre de forma coletiva e comungada pelos indivíduos e instituições que demarcam sua presença no lugar e estabelecem relações de afetividade. E a unidade doméstica Chayanov (1974) e, ao mesmo tempo a articulação com que Jollivet (2001) chama “coletividade local”, onde se desenrola o seu modo de vida.

Os lugares não são normalmente dotados de limites reconhecíveis no mundo concreto. Isto ocorre porque sendo uma construção subjetiva e ao mesmo tempo incorporada as práticas do cotidiano, as próprias pessoas envolvidas com o lugar não o percebem como tal. Este senso de valor só manifesta-se quando ha uma ameaça ao lugar, neste caso o fato das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares na manutenção da unidade produtiva e até mesmo na garantia da permanência dos filhos na propriedade, estes na maioria das vezes acabam sendo seduzidos pelas “facilidades” que o meio urbano proporciona. No entanto, tais relações de identidade não são respeitadas ao nível dos interesses governamentais.

O outro conceito de lugar diz respeito a sua compreensão enquanto expressão geográfica da singularidade, descentrada, universalista, objetiva, associada ao positivismo ou ao marxismo. Trata-se na realidade de uma visão ao qual o lugar é considerado tanto como produto de uma dinâmica que é única, ou seja, resultante de características históricas e culturais intrínsecas ao seu processo de formação, quanto como uma expressão de globalidade. Neste sentido, o lugar se apresentaria como “o ponto de articulação entre a mundialialidade em constituição e o local, enquanto especificidade concreta enquanto momento” (CARLOS, 1996, p.16). A origem desta concepção está ligada a relação capitalista de produção, que através de sua rede de fluxos (transportes, de informações, mercadorias), conseguiu aproximar. Na medida em que a dimensão espaço foi se tornando cada vez mais intensa, a dimensão de tempo foi aos poucos sendo reduzida. Este foi um reflexo direto do aprimoramento das técnicas e das redes de transporte e comunicação.

O lugar surge como produto de uma ambiguidade que se estende a todas as relações sociais que envolvem o meio, é o singular (o fragmento) e é também o



global (universal) que o determinam. Para Milton Santos (1988, p.134) “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos”. Esta seria uma resultante direta da especialização desenfreada dos elementos no espaço - homens, firmas, instituições, meio ambiente , assim como da dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, da multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas.

A intensa especialização das funções, aliada ao aprimoramento tecnológico têm causado sérios impactos não só no meio urbano, mas também no campo onde os agricultores familiares não conseguem acompanhar estas formas de produção e acaba a mercê dos bancos aos quais procura saída para financiar a produção. A consequência no meio urbano é o desemprego em massa e o aumento do trabalho temporário sem nenhuma garantia trabalhista, no campo ocorre o êxodo rural em muitos casos ou apenas os mais velhos permanecem na propriedade enquanto que os filhos procuram colocação nas cidades agravando ainda mais a situação no meio urbano, que exige qualificação diferente daquela que se aplicava no lugar onde vivia.

Apesar das diferenças entre os lugares estes estão interligados graças ao mecanismo capitalista que garante a interdependência destes. O mundo moderno é interligado por um intenso fluxo de mercadorias e serviços, formando assim redes complexas que organizam o espaço o tornando cada vez mais complexo e fragmentado intensificando cada vez mais as diferenças entre dominadores e dominados.

O conceito de lugar induz a análise geográfica a uma outra dimensão - a existência \_ “pois refere-se a um tratamento geográfico do mundo vivido” (SANTOS, 1997). Este tratamento vem assumindo outras dimensões; de um lado o lugar se singulariza a partir das visões subjetivas vinculadas a percepções emotivas, a exemplo do sentimento topofílico (experiências felizes) das quais se refere Yi-fu Tuan (1985).

Resulta daqui sua visão de mundo vivido local-global. Para o autor, O lugar expressa relações subjetivas, relações verticais resultado do poder hegemônico entrelaçadas com relações horizontais de coexistência e resistência. Dai a força do lugar no contexto atual da geografia. De acordo com Buttimer (1985, p.190):

Se as pessoas forem crescendo mais adaptadas ao dinamismo e poeticismo do espaço e do tempo, e ao significado do meio na experiência da vida, poder-se-ia literalmente falar de vocação e da personalidade do lugar que emergiria de experiências humanas compartilhadas e dos ritmos tempo-espaciais deliberadamente escolhidos para facilitar tais experiências.

Para Tuan (1985) o lugar é uma área que foi apropriada afetivamente, transformando um espaço indiferente em lugar, o que por sua vez significação deste espaço em lugar. “O lugar é um mundo de significado organizado” (1985, p.198). Espaço é um conceito mais abstrato que o de lugar. O que começa com o espaço indiferenciado, transforma-se em lugar na medida em que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. “Lugar é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais (...) sentir um lugar é registrar pelos nossos músculos e ossos” (TUAN, 1985, p 203). Só nos familiarizamos com o lugar após algum tempo. Lugar por sua vez definido por e a partir de apropriações afetivas que decorrem com os anos de vivência e as experiências atribuídas as relações humanas. Neste sentido, cabe ressaltar que os sujeitos da presente pesquisa, os beneficiários da Previdência Social rural, do município de Silveira Martins, vivem o lugar, suas unidades familiares, com um sentido de profunda simbologia, à medida que fazem dele uma extensão de si mesmos. Os sentimentos de felicidade ou tristeza se remetem a caminhos ou descaminhos de sua vida na terra, do que foi plantado, do que foi colhido, do que foi perdido por intempéries ou pragas. Suas vidas são ligadas a terra.

Para o entendimento dos lugares, tanto em sua situação atual como em sua evolução, precisamos considerar o eixo das sucessões e o eixo das coexistências, (SANTOS, 2002), isto é, há que se ter em mente os eventos que atuaram sobre o lugar no suceder do tempo, tempo histórico e os eventos coincidentes que são vividos em comum a cada instante (tempo simultaneidade). Os eventos não atuam isoladamente, antes constituem um complexo sistema de ações sociais que se desenrolam no tempo (histórico) e no espaço (simultaneamente).

Segundo Christofletti (1985, p.149-150) como um mero espaço se torna um lugar intensamente humano é uma tarefa do geógrafo humanista: para tanto, ele apela a interesses distintamente humanísticos, como a natureza da experiência a

qualidade da ligação emocional aos objetos físicos, as funções dos conceitos e símbolos na criação da identidade do lugar.

A contribuição da geografia humanística para a ciência está na revelação de materiais dos quais o cientista, confinado na sua própria estrutura conceitual, pode não estar consciente. O material inclui a natureza e a gama da experiência e pensamentos humanos, a qualidade e a intensidade de uma emoção, a ambivalência e a ambiguidade de valores e atitudes, a natureza e o poder do símbolo e as características dos eventos, das intenções e aspirações humanas.

O Lugar não é apenas o espaço físico, na visão humanística o lugar constitui-se de uma paisagem cultural, onde as experiências se materializam e que despertam sentimentos de identidade e de pertencimento do indivíduo. É a ligação do sujeito que nele vive com um elo afetivo. Já Yi Fu Tuan (1983) ocupa-se do viés da psicologia para explicar a afetividade produzida em relação à humanidade e sua relação com o conceito de lugar. Este autor trata a relação do espaço e tempo na construção do lugar. Para o mesmo autor, o lugar é uma área que foi apropriada afetivamente, transformando um espaço indiferente em lugar, o que por sua vez implica na relação com o tempo de significação deste espaço em lugar. “O lugar é um mundo de significado organizado” (1983, p.198).

O entendimento de lugar, enquanto vida, tenta resgatar o ambiente com modificações, mas que mantenha a harmonia entre sociedade e natureza. Expressa também a ideia de que políticas públicas eficientes e que realmente contemplem as atendam necessidades do lugar e possam assegurar uma vida com dignidade e a articulação dos diferentes lugares. Segundo Escobar (1997), podemos encontrar duas perspectivas nos estudos antropológicos sobre desenvolvimento. Em um lado surgem as instituições dedicadas a promover o desenvolvimento, e que ele denomina antropologia para o desenvolvimento e por outro lado uma antropologia do desenvolvimento.

A antropologia para o desenvolvimento ocorre quando questões ligadas ao desenvolvimento são incorporadas pelas instituições como, por exemplo: solução para a pobreza, diversidade racial, cultural. A partir destes elementos são elaboradas políticas de desenvolvimento com um conhecimento mais profundo da população a ser atingida. Os antropólogos do desenvolvimento questionam a existência, procurando explicações históricas para os fatos tentando desmascarar a

“naturalização do desenvolvimento na tentativa de abordar desenvolvimento não como natural ou inevitável, mas como produto de processos históricos.

O papel da geografia se consolida quando na caracterização de ambas, possam ser elaboradas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local. A análise do meio rural ou urbano leva o pesquisador a fazer uma abordagem de várias áreas do conhecimento, cujo objetivo é definir as necessidades humanas no território, suas causalidades e finalidades.

O estudo realizado no município de Silveira Martins propõe uma reflexão a respeito da importância da Previdência Social rural na configuração do cenário agrícola, na organização do espaço como um agente que garante a sustentabilidade e a permanência no campo, seja ela voltada para a produção ou pela residência. Os idosos do campo são exemplos do apego e da íntima relação que desenvolvem com o lugar e os sujeitos do lugar, com hábitos e costumes que marcam a sua identidade, sua história e a de seus filhos, que são a continuidade da família.

Neste sentido, as políticas públicas para manutenção da agricultura familiar deparam-se, com obstáculos e desafios que limitam em alguns casos a eficiência de programas, que deveriam nortear estratégias de manutenção imediata e de gerações futuras e que acabam não atingindo sua real função. Fica claro na seguinte pesquisa que os aposentados rurais em questão constituem parcela importante de agricultores familiares que garantem a continuidade da produção. As unidades de produção familiar desempenham um papel importante na economia regional, já que a estrutura fundiária deste e dos demais municípios da região é constituída por pequenas propriedades.

O apelo ao consumo de máquinas, equipamentos e outras tecnologias faz com que alguns agricultores familiares carreguem a ideia de que alcançarão o desenvolvimento através da aquisição destes equipamentos, utilizando capitais oriundos de políticas públicas direcionadas a agricultura familiar, com máquinas ou equipamentos inadequados ao sistema de produção.

## **Capítulo 4 – A agricultura familiar no processo das transformações espaciais**

---

Para compreensão do espaço rural na perspectiva da agricultura familiar contemporânea é importante que se faça um resgate das raízes históricas e culturais do campo brasileiro. Neste sentido, desde a doação de sesmarias, no processo inicial de colonização, estabeleceram-se as bases da estrutura fundiária do sul do estado do Rio Grande do Sul, marcada pelos latifúndios, com grandes extensões de terra aos "amigos" da Coroa, fato que gerou concentração de terra e renda.

A partir das primeiras décadas do século XIX, período que marca a chegada dos colonos alemães e italianos ao estado, o território gaúcho, é palco de transformações, mas não exatamente na estrutura fundiária, que segue concentrada, mas na construção de um território da agricultura familiar. A instalação das colônias, pelo Império, estabeleceu a formação da identidade camponesa no estado, pois a partir desta ligação com culturas da terra natal e novo espaço foi construída uma nova territorialidade com símbolos e identidade próprios.

Neste sentido, é importante frisar que o modelo de colonização com a introdução de imigrantes deu origem a um novo sistema agrário no Rio Grande do Sul, diferente do modelo baseado na pecuária, ou o dos agricultores açorianos. Segundo Mertz (2004 p. 281) ao conjunto de práticas e técnicas, bem como aos meios sociais e econômicos de produção desenvolvidos com a vinda dos primeiros imigrantes europeus não ibéricos ao estado, chama-se de sistema agrário colonial. A formação do sistema agrário colonial se consolidou pelo interesse da Coroa em promover a colonização com brancos e livres em pequenas propriedades. Para o contexto da época era uma ideia revolucionária, pois libertava a Coroa da sua dependência dos latifundiários escravagistas brasileiros. Essa experiência foi plenamente realizada no Rio Grande do Sul, com a colonização de São Leopoldo.

Entre as características do processo de produção do espaço pela agricultura colonial, citam-se a diversidade produtiva, onde a exemplo dos colonos alemães merece destaque à produção de milho, que é a base da alimentação para os rebanhos suínos, visando a produção de banha; já os italianos, além da suinocultura dedicaram-se a produção de uva desenvolvendo a indústria do vinho na região da serra (BRUM, 1986 *apud* MERTZ, 2004 ). As crescentes divergências entre D. Pedro I e o poder Legislativo do Império (formado pelos grandes latifundiários e comerciantes) contribuíram para que a Coroa instituisse o projeto que visava à criação de uma classe social “alternativa” no Brasil.

Além de povoar uma região de fronteira, este projeto foi concebido, como resposta ao poder das grandes propriedades. De uma parte ele permitia enfrentar a pressão inglesa pela abolição da escravatura e também as convulsões originárias do processo de formação dos estados do Rio da Prata e, assim, ao problema de delimitação das fronteiras. Por outro lado, esse projeto forneceu a Coroa uma base social alternativa aquela dos criadores militares, esta base se encontrava estrategicamente no seio da região dominada por estes últimos.

Segundo Mertz (2004) a instalação destas colônias foi favorecida porque os charqueadores não tinham o mesmo poder dos pecuaristas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, pois estes afastaram os colonizadores, embora no Rio Grande do Sul sutilmente isto ocorreu com estes ficando com as piores terras para a pecuária, em florestas, áreas montanhosas e repletas de indígenas. A propriedade colonial apresentava características diferentes dos latifúndios que utilizavam mão de obra escrava, neste caso a família entrava com a força de trabalho. Os agricultores imigrantes vieram para o Brasil com poucas reservas de capital e mesmo que quisessem comprar escravos não tinham condições financeiras para isso já que era mão de obra cara para o pouco que tinham.

Este fato fez com que fossem utilizadas técnicas que não empregassem tanta mão de obra, como por exemplo, as queimadas. O novo ambiente era desconhecido e as técnicas aplicadas na Europa nem sempre eram possíveis de serem aplicadas aqui, as diferenças climáticas e de solo muitas vezes exigiam uma adaptação diferente. Outra característica importante, desse processo no Rio Grande do Sul é que nem todos imigrantes que vieram eram agricultores e os que eram vieram de regiões diferentes, umas mais desenvolvidas, outras menos.

Segundo Zanini (2006) uma das características do processo migratório italiano para o Brasil era o modelo familiar patriarcal, onde o pai é que tomava as decisões era a autoridade máxima na família, característica importante para entendermos algumas características marcantes ainda hoje no município em estudo. No caso da imigração italiana desde pequenos, os filhos eram atraídos pelo mundo do trabalho, como havia acontecido com seus pais e avós. A família se deslocava para a roça, de crianças a adultos, e lá aprendiam a trabalhar na terra e recebiam noções de “economia camponesa”.

A educação, naquele momento, preparava o sujeito para a sobrevivência e auto-suficiência. Assim, a prioridade dos pais era o ensinamento das operações matemáticas básicas (soma, divisão, subtração e multiplicação) para que pudessem se defender no mundo capitalizado.

Na migração um aspecto importante que se observa é que os idosos embora não tivessem condições físicas para trabalhar na lavoura e provavelmente não vivessem durante muitos anos, ainda assim eram trazidos pelas famílias, por que mais tarde, sua sabedoria, poderia ser importante para manter a harmonia, eram, portanto, fonte de autoridade e respeito. Sua função seria manter a organização doméstica e seus papéis vivos no confronto com o novo mundo que encontravam na América.

Na década de 1950, a agricultura brasileira inicia o processo de modernização conhecida como a “Revolução Verde”, exigindo grandes volumes de capitais por parte dos agricultores, que, em grande parte não tiveram recursos para adquirir os insumos e equipamentos necessários. Em muitos casos acabaram se endividando e foram obrigados a entregar suas terras às instituições financeiras. Neste sentido, é preciso expor como o Estado brasileiro, reverteu-se em aparelho dos interesses preponderantes:

Programas oficiais garantem empréstimos a pequenos proprietários de terra para a compra de sementes, fertilizantes, equipamentos, entre outros, e encorajam a comercialização e administração modernas. Isto é feito sob o pretexto de ajudar a solucionar os problemas de abastecimento de alimentos e pobreza rural, mas a finalidade verdadeira é modernizar a economia rural e aumentar a composição técnica e orgânica do capital na agricultura. Assim o capital passa a se inserir no território, nesse caso ele passa a se territorializar no campo.

O governo federal além de fornecer crédito subsidiado aos médios e grandes produtores rurais para investimento, comercialização e custeio da produção realizada em bases técnicas modernas, construiu e modernizou armazéns, apoiou a expansão do cooperativismo empresarial, criou facilidades para instalação de indústrias químicas, mecânicas e estimulou a expansão das agroindústrias processadoras de matérias primas provenientes do campo.

É mais evidente a participação do estado principalmente no que diz respeito a garantir culturas e atividades que suprissem as necessidades da indústria. Estas políticas privilegiam alguns setores, mas, sobretudo acentuam as disparidades no espaço rural. Neste cenário surgem os complexos agroindustriais, alternado a forma de produção agrícola. O processo de industrialização marca o início do desenvolvimento do capitalismo na área rural brasileira. Neste contexto, percebe-se que o ritmo da modernização agropecuária foi acelerado. O crédito rural oficial foi altamente seletivo, pois sua oferta se restringiu aos médios e grandes produtores. Os pequenos produtores, arrendatários ou parceiros, não foram atendidos pelo crédito rural oficial, aumentando as dificuldades para produzir bem como para permanecer no campo. Como consequência Gonçalves Neto (1997) aponta:

Restou as pequenas propriedades a possibilidade de subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento, ou a venda e a migração para outros centros urbanos. O impacto de uma transformação de tal parte, em um curto período de tempo, levou ao surgimento dos mais diversos tipos de conflito no campo, além de agravar a questão da moradia, do subemprego, da miséria e da violência nas cidades.(GONÇALVES NETTO,1997, p 109).

Neste sentido, a modernização da agricultura resultou no colapso da economia de subsistência de muitas comunidades. Este processo substituiu culturas, reduziu o quadro de pessoal ocupado que em muitos casos foi substituído por máquinas. O êxodo rural foi intensificado, pois muitos agricultores tiveram que vender suas terras e concentram-se nas cidades, contribuindo para um aumento na concentração fundiária, favorecendo as camadas mais ricas na apropriação da renda total. Constata-se então que a modernização imposta pelo modelo hegemônico do Estado, que exclui em grande medida, a população do campo, decorrentes das desigualdades de acesso às tecnologias e capital.



Frente a esta nova realidade a agricultura familiar muitos agricultores migraram para outros lugares e os que permaneceram depararam-se com o dilema de como permanecer no campo repensando assim estratégias de sobrevivência, em busca de agregar renda e diminuir esta migração os agricultores familiares buscam apoio em políticas públicas para desenvolver atividades que possibilitem a reprodução social local, acentuando a multifuncionalidade. As atividades não agrícolas ganham destaque neste cenário e em alguns casos são fontes de renda importantes para algumas unidades familiares. A conjuntura política e econômica é determinante para a reprodução social e econômica dos agricultores.

A multifuncionalidade é, portanto, um processo social que se intensifica na combinação de atividades agrícolas e não agrícolas deixando transparecer que a agricultura não é mais a única função do espaço rural como também uma área moradia, de lazer e não mais de uso exclusivo produtivo e econômico. As pequenas unidades de produção buscam então adaptar-se com diferentes contextos econômicos e históricos.

Frente a esta nova realidade, as atividades no meio rural, vem se reproduzindo criando novas funções no espaço rural, como forma de permanência e resistência das famílias camponesas.

A perda da população resultante da mecanização das atividades agrícolas acarretou a concentração do fator de produção, com um número cada vez menor de mão-de-obra, predominante de meia idade enquanto a população jovem migra para a cidade, e a população idosa realiza atividades menos rentáveis devido às restrições físicas que apresentam.

Pela proximidade dos centros urbanos, os jovens e adultos que se deslocam diariamente para o trabalho na cidade ou em estabelecimentos públicos como escolas, buscam aumentar a renda da família, desenvolvendo atividades remuneradas em tempo parcial. Esta tendência em converter a área rural em dormitório, exerce uma forte pressão sobre os usos agrícolas, que dá lugar a atividades de prestação de serviços, conseqüentemente atitudes e comportamentos urbanos, que acabam refletindo no futuro profissional dos filhos que acabam acreditando que só na cidade terão condições de progredir economicamente e em alguns casos até culturalmente.

Em função das novas funções que surgem no espaço rural, como as residências secundárias e o re-povoamento pela imigração permanente de população aposentada na área rural, emerge uma nova necessidade de atividades para atender essa nova realidade. Verifica-se, assim, uma tendência na sociedade capitalista rural, cuja vida vem ganhando significado como espaço de reencontro, onde se procura o estilo de vida tradicional, as origens e o contato com a natureza.

#### **4.1 Reflexões em torno da agricultura familiar**

As definições a respeito da agricultura familiar tem se apresentado como uma questão fundamental para análise e compreensão dos processos sociais agrários. Vários estudos vêm sendo realizados com a finalidade de compreender a produção familiar na agricultura, alguns autores, porém, divergem sobre o que é e para onde vai a agricultura familiar. Não é nosso objetivo um grande aprofundamento sobre o tema, sem embargo, algumas reflexões podem contribuir para entendimento da realidade dos sujeitos envolvidos na presente pesquisa.

No Brasil, as pequenas explorações familiares desempenham um papel fundamental na produção de alimentos consumidos no país. Através do enfoque de uma agricultura capitalista onde não se detecta, necessariamente, processos de concentração fundiária, podemos perceber a presença de um novo ator social, o produtor familiar modernizado.

Para a Food and Agriculture (FAO), e o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), a agricultura familiar deve considerar que a administração da propriedade rural seja feita pela família, que o trabalho em sua maioria seja desempenhado pelos membros da família e que os fatores de produção sejam de propriedade da família (Medeiros 2007, p. 270). Conforme a autora a Embrapa considera a agricultura familiar uma forma de produção em que o núcleo de decisões, gerência, trabalho e capital são controlados pela família. Ressalta que agricultura familiar não é sinônimo de pobreza; é o sistema predominante no mundo inteiro.

Segundo Kautsky (1980) a tecnologia nesta fase, principalmente no que diz respeito ao processo de industrialização da agricultura esta vinculada a grande unidade de produção. Já a pequena unidade de produção, não depende das relações mercantis para suprir as necessidades do grupo doméstico. Conforme

Saquet (2002) a agricultura camponesa é essencialmente familiar, em que o produtor é dono dos meios de produção com baixo nível tecnológico e sem produção intensiva para o mercado.

Na concepção de Lamarche (1993), o conceito de agricultura familiar passa por grandes dificuldades em sua demarcação. Para o autor, a exploração familiar é uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho, estão intimamente ligados a agricultura familiar. As especificidades que envolvem a agricultura familiar podem ser observadas no modo como se reproduz e estabelece suas estratégias, uma vez que este processo esta diretamente ligado ao sistema de valores do explorador. Para Lamarche (1993), um produtor familiar é aquele que exerce uma atividade produtiva numa unidade de produção agrícola familiar, isto é, numa unidade de produção na qual a propriedade e o trabalho estão estritamente ligados a família, sendo estas diversificadas em detrimento de um contexto socioeconômico variado, das condições naturais e da história de sua evolução.

A distribuição de renda no meio rural piorou como nos indica Hoffman (2001), mas a distribuição imobiliária não foi a causa, mas o desenvolvimento tecnológico. A própria maneira de financiar o desenvolvimento tecnológico que por meio de crédito rural, conteve mecanismos que auto eliminaram os menos favorecidos e favoreceram os que dispunham de maiores áreas, melhor localizadas.

Inegavelmente, uma pior distribuição de renda acelera o êxodo rural, uma vez que as famílias menos capitalizadas acabam se deparando com a falta de possibilidade de ascensão social, se continuarem a residir no campo. Melhores condições de emprego e de infra estrutura social nas cidades bem como a falta de investimentos em políticas públicas eficientes são responsáveis por esta migração. Mais da metade dos estabelecimentos que dizem respeito a agricultura familiar no Rio Grande do Sul tem renda líquida negativa. Como esta mede a capacidade de sobrevivência do estabelecimento, veem-se muitos deles sem expectativas futuras.

De acordo com Salamoni (2000), as diferenças que distinguem as unidades de produção de caráter familiar não se estabelecem apenas em nível das relações com o mercado, mas também em diferentes formas de organização interna. Diante desta possibilidade de recursos – mão de obra, terra e capital – os produtores realizam a combinação destes, a fim de gerarem a produção, buscando um equilíbrio interno entre trabalho e consumo. Isso permite afirmar que a sua lógica

produtiva se encontra determinada pelas necessidades de consumo da família e pela manutenção do patrimônio fundiário, sendo o maior capital das unidades familiares o próprio trabalho.

A família não se reúne mais em torno somente da exploração na agricultura. A gestão familiar inclui agora outros negócios que não são agrícolas, para garantir a sobrevivência. O apego à terra acaba sendo importante para a permanência no lugar, mesmo que o custeio da produção seja oriundo da aposentadoria rural, que poderia servir para outros fins, não como instrumento para a manutenção da produção agrícola.

Partimos do entendimento do problema a partir do conhecimento da identidade local levando em consideração à história, a identidade cultural que mantém elos fortes e condiciona a permanência na propriedade, mesmo que para isso seja nela aplicado um capital que deveria ser investido em outros fins. As políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural estão ligadas ao apoio da produção, principalmente aos setores voltados à exportação e ao fornecimento de matérias primas às agroindústrias, nota-se assim uma marca setorial de cunho produtivista.

Outra questão importante que se cabe destacar é que a maioria dos agricultores familiares não tem condições de assimilar as novas tecnologias ou pelo baixo grau de instrução ou pela falta de capital. Desde o ponto de vista dos defensores da modernização da agricultura o produtor passaria a depender menos dos fatores físicos e asseguraria uma maior produtividade. Sem embargo, é importante frisar que nem todos têm as mesmas condições no acesso aos pacotes tecnológicos, aumentando ainda mais a desigualdade entre os capitalizados e os que não têm capital para investir na produção.

Diante do contexto do Estado do Rio Grande do Sul segundo Salamoni (1992), verifica-se que embora os produtores familiares, em muitos casos, se encontrem integrados ao mercado, utilizem o capital sob forma de insumos e tecnologias modernas, e orientem as ações da unidade produtiva em função de custos e rendimentos, mantém intrínseca sua racionalidade camponesa, pela qual a agricultura é, em princípio, fonte de sua sobrevivência, e não apenas alternativa de investimento para o capital.

Haja vista que nas décadas de 1980 e 1990, ocorreu uma diminuição dos incentivos agrícolas via crédito rural e uma modernização cada vez mais excludente principalmente com a introdução de novas tecnologias como o uso da informática, microeletrônica e biotecnologia na produção agrícola. Atualmente esta em curso uma nova fase da modernização agrícola, decorrente do desenvolvimento das novas tecnologias aplicáveis a agricultura. O cultivo de transgênicos representa um atrativo não só para os grandes produtores, mas também para os agricultores familiares. Um bom exemplo é a soja transgênica que atrai cada vez mais agricultores familiares em detrimento de outros produtos antes cultivados principalmente para a subsistência ou em algumas hipóteses a venda do excedente em feiras livres na cidade ou diretamente ao consumidor.

Cabe destacar o papel das políticas públicas para a economia do município como gerador de renda local e instrumento de reprodução social dos agricultores familiares do município de Silveira Martins. O impacto econômico no que se refere à Previdência Social rural é significativo devido ao grande número de beneficiários e também a forma como estes mantêm a vida no campo. Sua importância é ainda maior se considerarmos as oportunidades de trabalho local, que são limitadas e em alguns casos excludentes já que estas pessoas que vivem no campo muitas vezes não têm um grau de instrução que permita migrar para a cidade e concorrer com outros profissionais com qualificação específica para o setor urbano.

Em órgãos como a Prefeitura Municipal o que se observa é que a maioria dos profissionais contratados com nível superior são de fora do município, inclusive alguns não chegam a residir, apenas vem trabalhar e voltam para o município de origem.

O papel da Previdência Social como uma renda não agrícola estabelece uma relação com a unidade produtiva de segurança e estabilidade que a produção agrícola nem sempre oferece. É uma política pública eficiente na composição da renda do domicílio, mas para o município é uma fonte de arrecadação que proporciona um acréscimo na arrecadação, já que os aposentados consomem no comércio local.

## **Capítulo 5 - Os impactos sociais e econômicos da previdência social rural no município de Silveira Martins**

---

A agricultura familiar vem desenvolvendo uma importante contribuição na organização do espaço rural do município de Silveira Martins. Como já foi comentado anteriormente, o processo ocupação do espaço foi marcado pelos imigrantes italianos, que vieram para produzir alimentos em unidades de exploração familiares, e segundo Zanini (2006), esses imigrantes trouxeram da Itália para uma forma de disposição espacial e esta foi sendo repassada às gerações sucessivas e é contemporaneamente reproduzida em formas miniaturizadas.

A agricultura familiar predomina em Silveira Martins, tornando-a o principal expoente da economia do município. Com as transformações ocorridas no espaço brasileiro, nas últimas décadas se pode observar o fenômeno do envelhecimento do campo. Este fenômeno chama muita atenção ao município em questão, já que parte muito expressiva da população do município é beneficiária da Previdência Social, ou seja, de uma população total de 2452 habitantes, destes, 872 são beneficiários da Previdência Social, e 665 são beneficiários que residem no campo. Portanto, percebe-se que o município em questão, tem uma significativa população de beneficiários da previdência social, ou seja, aposentados e pensionistas que, com seus rendimentos, incrementam a economia do município, além desses serem fundamentais para a manutenção das unidades de agricultura familiar.

Os agricultores familiares de Silveira Martins representam 370 estabelecimentos, totalizando uma área de 5.691 ha enquanto que apenas 18 estabelecimentos não são considerados agricultura familiar com uma área de 1.317 ha conforme o Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo IBGE. Conforme critério utilizado para a escolha dos entrevistados do presente trabalho, deveria haver pelo menos um beneficiário da Previdência Social em cada família. A pesquisa foi realizada com informantes (agricultores familiares beneficiários da Previdência Social) escolhidos de forma a privilegiar os agricultores aposentados ou pensionistas

que vivem em suas unidades de exploração, como forma de perceber a espacialização dos sujeitos da presente pesquisa pode-se observar a figura 3.

As localidades situadas ao sul do município por terem o predomínio de residentes aposentados que escolheram o viver no município sem desenvolver atividades ligadas a agricultura, muitos deles, mantendo vínculo residencial nas cidades de origem. São muitas vezes funcionários públicos que aposentados escolhem viver no campo, como forma de retornar ao passado, como sustenta Tuan (1985).

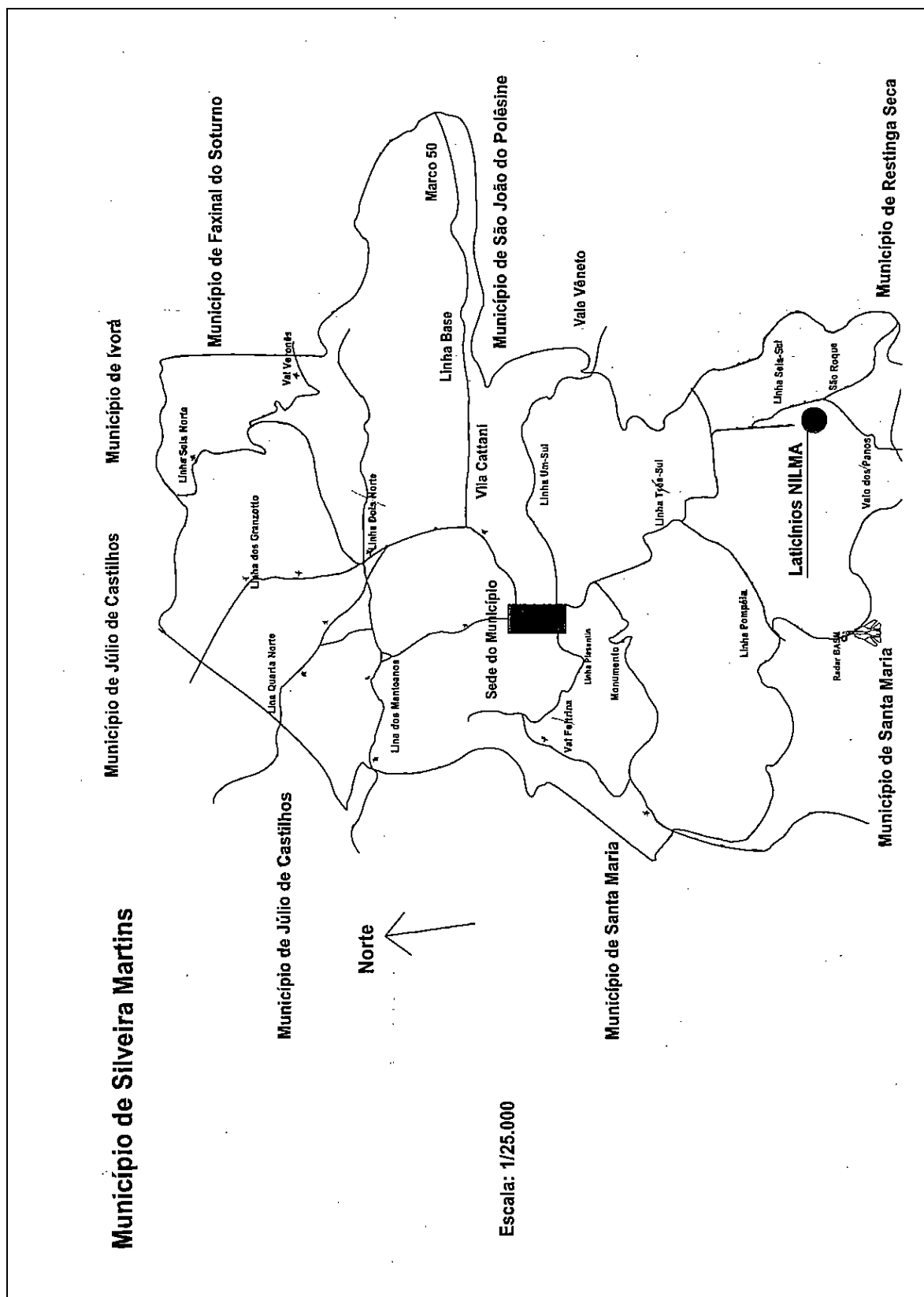


Figura 3- Espacialização das entrevistas  
 Fonte: Org. do autor (2010)



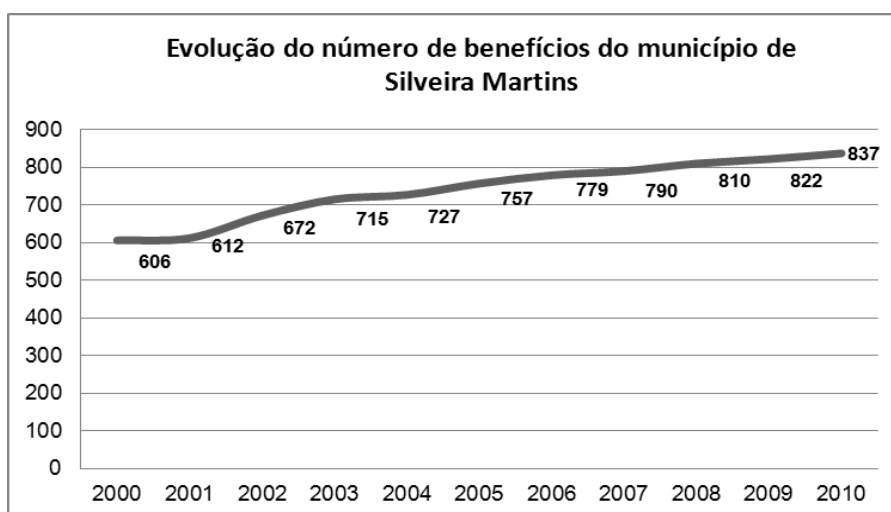
No presente capítulo em primeiro lugar será feita uma caracterização geral dos agricultores familiares e suas estratégias de produção e em um segundo momento, serão abordados aspectos relacionados aos impactos sociais e econômicos da previdência social para o município, bem como para as famílias beneficiadas.

### 5.1. Os beneficiários da previdência social rural de Silveira Martins

Os agricultores, sujeitos da presente pesquisa, apresentam algumas características comuns, no que se refere a aspectos que definem sua forma de viver e trabalhar, porém se diferenciam, a grosso modo, pela interferência do capital. Dos entrevistados todos são descendentes de imigrantes italianos, possuem uma identidade que os liga a terra e uma nostalgia que os une ao passado. Esses agricultores, apesar de suas idades avançadas, seguem resistindo para se manterem produtivos e úteis a sociedade.

População		Beneficiários da Previdência Social
Rural	1361	665
Urbano	1091	207
Total	2452	872

**Tabela 1 - Total de benefícios do município de Silveira Martins**



**Figura 4- Evolução do número de benefícios da Previdência Social no município de Silveira Martins**

Fonte: adaptado pelo autor/ Dados INSS- Publicações disponível em:

O número de benefícios previdenciários recebidos pelos 14 famílias agricultores entrevistados totalizam 22 benefícios considerando as aposentadorias e as pensões, no caso de viúvas. Como pode ser observado na Tabela 2, oito famílias recebem dois benefícios, ou seja, um total de R\$ 1020,00 e, seis famílias recebem somente um benefício, é o caso de viúvas e viúvos e de famílias onde somente um é aposentado, sendo que essas famílias recebem R\$ 510,00. Esses benefícios são um forte incremento na renda familiar, para a maior parte das famílias entrevistadas, sendo que 79% afirmou utilizar o recurso para investir na produção e que se não fosse a aposentadoria e ou pensão, teriam muitas dificuldades em permanecer no campo.

Entrevistado	Composição da família- sexo/ idade	Benefícios Tipo/valor
1	Homem - 76 anos      Mulher - 75 anos	2 benefícios Aposentadoria- R\$ 1.020,00
2	Pai - 90 anos      Filho - 57 anos	1 benefício Aposentadoria- R\$ 510,00
3	Mãe - 82 anos Filho - 48 anos Nora - 44 anos	1 benefício Aposentadoria- R\$ 510,00
4	Pai - 61 anos Filho - 25 anos	1 benefício Aposentadoria- R\$ 510,00
5	Homem - 89 anos	1 benefício Aposentadoria- R\$ 510,00
6	Pai - 82 anos      Filho - 57 anos	1 benefício Aposentadoria- R\$ 510,00
7	Avó - 70 anos Neto - 21 anos	2 benefícios Aposentadoria/ Pensão R\$ 1.020,00
8	Homem - 72 anos      Mulher - 78 anos	2 benefícios Aposentadoria/ Pensão R\$ 1.020,00
9	Mulher - 72 anos Homem - 74 anos Filho - 36 anos	2 benefícios Aposentadoria R\$ 1.020,00
10	Homem - 65 anos      Mulher - 52 anos	2 benefícios Aposentadoria/ Pensão R\$ 1.020,00

11	Homem – 57 anos	Mulher – 64 anos	2 benefícios Aposentadoria/ Pensão R\$ 1.020,00
12	Homem – 60 anos	Mulher – 59 anos	1 benefício Aposentadoria- R\$ 510,00
13	Mulher – 71 anos Filho – 40 anos	Nora – 30 anos Neto – 2 anos	2 benefícios Aposentadoria/ Pensão R\$ 1.020,00
14	Pai – 69 anos Filho – 44 anos Nora – 42 anos	Neto – 19 anos Neto – 14 anos	2 benefícios Aposentadoria/ Pensão R\$ 1.020,00

**Tabela 2 - Entrevistados, composição familiar e tipo de benefício.**

Fonte: Entrevistas

Os agricultores familiares em questão, vivem de forma muito simples, são muito acolhedores e receptivos, e durante as entrevistas demonstraram boa vontade para falar sobre suas vidas, e uma alegria de receber pessoas em suas casas, como se isso pudesse ao menos que por algumas horas romper com a solidão, percebida em muitos dos lares visitados, conforme pode ser observado na Figura 5, as famílias apesar de em muitos casos viverem em locais de difícil acesso, são muito receptivos, característica que herdaram dos pioneiros italianos, segundo a entrevistada que faz o seguinte relato,

A gente fica contente quando tem gente em casa, é desde o tempo que meus pais estavam vivos, e o meu finado marido também gostavam de se juntar com a família, para tomar chimarrão, ou na mesa, mas o que acontece é que agora está mais difícil das pessoas se encontrarem, porque muitos se foram para a cidade e os outros ficam velhos, doentes, é mais difícil agora. Eu mesma se não me vem buscar aqui eu não posso sair passear porque eu canso nas pernas. O filho e a filha foram embora para Nova Palma, e ficaram os netos que as vezes ficam aqui, até me ajudam, mas senão eu fico sozinha. Até as missas aqui só acontecem uma vez por mês, daí o padre vem da cidade e faz a missa onde era a escola, daí a gente aproveita e faz um almoço, e vem gente de perto e de longe (BP-07).



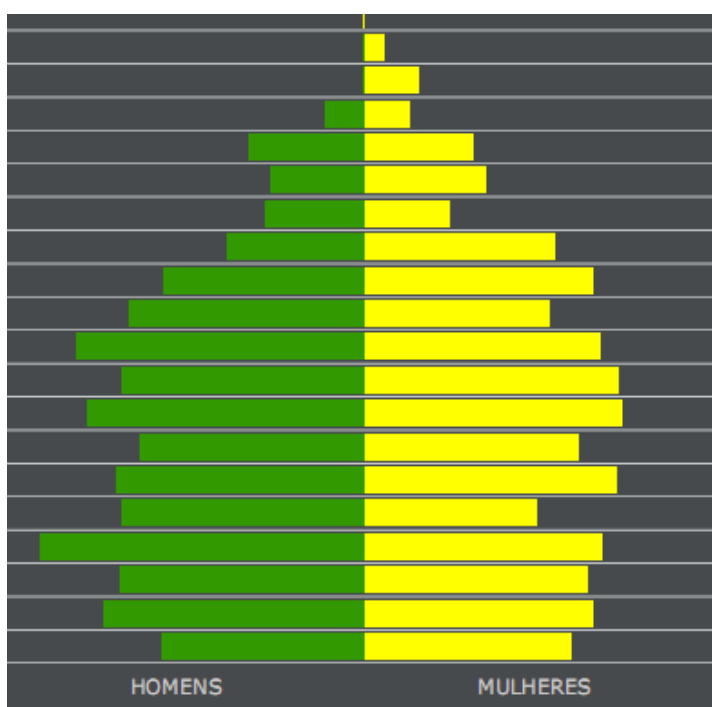
**Figura 5- Aposentada entrevistada na localidade de Linha dos Montuani, em 2010.**  
Fonte: Trabalho de campo

As unidades de exploração familiar em sua maioria, ou seja, nove delas são provenientes de herança, enquanto cinco foram compradas. Entre as propriedades que foram adquiridas por compra, três delas foram compradas de parentes, o que demonstra segundo os entrevistados uma vontade de manter esse vínculo com a terra e fazer com que ela continue na própria família. O tamanho das unidades é bastante variado, pois foram encontrados agricultores com apenas um hectare, mas também áreas maiores chegando 62 hectares. Há que se levar em conta que nem toda a área das unidades podem ser produzidas, em função das acentuadas declividades presentes no município.

Os agricultores entrevistados possuem idades que variam entre 59 e 90 anos, sendo que se observou, que os mais idosos são do sexo masculino, o que de certa forma se contrapõe aos dados do IBGE, já comentados que expõem uma maior longevidade feminina. Nas 14 famílias visitadas, foi constatado que nas propriedades com maior área, alguns filhos ou netos tendem a permanecer na terra, enquanto nas menores, somente ficam o casal de idosos ou viúvos sozinhos. Como pode ser observado na Tabela 1, das 14 famílias entrevistadas, em seis delas vivem o casal, sendo que seus filhos foram embora em busca de melhores oportunidades nos empregos urbanos, também se observou um caso de um senhor com 89 anos, que é viúvo e vive sozinho, sendo neste caso o benefício a única renda, já que pela avançada idade este senhor não pode desenvolver atividades produtivas. Também

foram constatados casos onde o pai ou a mãe que perderam seus cônjuges, vivem com seus filhos, contribuindo também com a renda familiar. Percebeu-se nesse caso, um grande respeito ao idoso, como nas famílias italianas que para cá vieram, se percebe essa cultura do respeito aos que mais viveram, que conforme relato são esteio da família e fonte de referência mesmo estes não possuindo conhecimentos sobre tecnologia sua experiência e sabedoria acumulada, são sempre levadas em consideração nas tomadas de decisões.

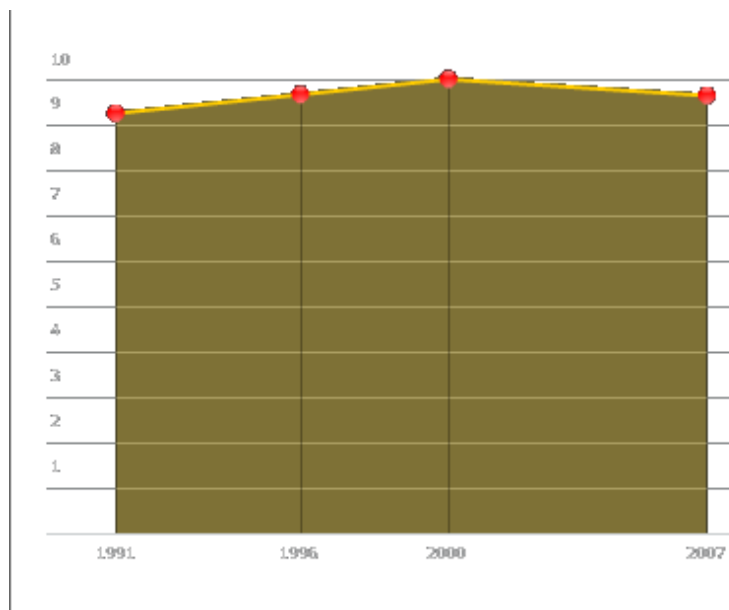
Através da pirâmide etária do município (figura 6), se constata que o número de filhos esta diminuindo e uma das explicações para este fato é que o tamanho das propriedades que também diminui cada vez mais pelas partilhas e sucessivas heranças. Com propriedades menores não é possível manter um número grande de filhos em tempos que o apelo ao consumo é um fator importante para a “felicidade”.



**Figura 6 - Pirâmide Etária do município de Silveira Martins**

Fonte: Ibge/Cidades. Disponível em

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=432065>



**Figura 7- Evolução populacional do município de Silveira Martins**

Fonte: Ibge/Cidades. Disponível em

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=432065>

Neste sentido, RI-01, comenta,

Um problema aqui em Silveira é o envelhecimento da população rural, pela proximidade de Santa Maria, percebe-se que pouca gente fica aqui, os jovens se formam e vão embora. A agricultura deve ser pensada com mais valorização pelos estudantes para que estes retornem as propriedades de seus familiares após se formarem a aproveitem suas idéias novas no município. Essa realidade poderia mudar se os jovens tivessem maior incentivo para permanecer no município.

Nas afirmações do entrevistado, é urgente que políticas públicas sejam criadas para dar apoio aos jovens e que estes permaneçam no município ajudando a produzir desenvolvimento. Neste sentido, cabe ressaltar que no ano de 2009, foi criada pela política de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que é Sede da Unidade Descentralizada de Educação Superior da Universidade Federal de Santa Maria. Tal instituição oferece cursos superiores de tecnologia, como Tecnólogo em Agronegócio em Turismo, entre outros. Cabe destacar que os alunos não procuram estas Universidades para sua formação superior, tanto é assim, que nos vestibulares realizados houve um importante excedente no número de vagas. No entanto, objetivo era a qualificação dos recursos humanos para atuarem na região.

No que se refere aos produtos cultivados, percebeu-se uma supremacia na produção diversificada, como batata inglesa, soja, feijão, mandioca, milho, frutas e verduras e fumo de corda. Segundo eles “se planta um pouco de tudo”. Nas menores propriedades se percebe uma maior produção de alimentos, enquanto nas áreas maiores se destaca a produção de soja, como é o caso de um dos entrevistados, que além dos seus 22 ha, arrenda 70 ha de terceiros, para a produção de soja, observe a Figura 8.



**Figura 8- Diversificação dos produtos cultivados pelos entrevistados- Horta e soja**  
Fonte: trabalho de Campo

Em relação aos rebanhos, predominam os bovinos que são destinados para a produção de leite, os ovinos e suínos, também é expressivo o número de famílias que criam galinhas para corte e galinhas poedeiras, conforme pode ser observado na Figura 9, representando um incremento na renda familiar, a medida que facilmente destinam esses produtos nos mercados do município, feiras e direto aos consumidores. Somente em duas das unidades constatou-se que não há nenhum tipo de produção exceto a horta, criação de galinhas e algumas frutíferas para o consumo.





**Figura 9 - Criação de galinhas e ovelhas**

Fonte: trabalho de Campo

Na maior parte das famílias se percebe a necessidade de criar formas alternativas para incrementar a renda familiar, como a produção de queijo, compotas, doces, pães, bolachas, que são vendidos em feiras e da mesma forma que os ovos e galinhas em mercadinhos na cidade de Silveira Martins.

No que se refere as residências dos entrevistados, a maior parte das residências (doze) são de alvenaria e tem banheiro no interior das casa, de uma das famílias, construída em pedras, como pode-se observar Figura 10, e segundo o seu proprietário, tem mais de cem anos, foi onde ele e seus filhos nasceram, e por isso a família tem um profundo apego ao lugar. Segundo o entrevistado, que vive com sua esposa, dois filhos, nora e neto ele pretende permanecer vivendo na casa onde nasceu,

Eu daqui não saio, nem depois de morto, porque o pai e a mãe estão enterrados aqui, e tem o meu irmão que mora do lado. As vezes a mulher diz que é melhor ir embora, pra ter mais recursos, mas quando os filhos foram ficando ela parou de falar em ir embora. Ela diz que aqui tem muita solidão, fica emburrada, mas é o que a gente sabe é trabalhar na terra. Eu gosto de morar aqui, eu nasci nesta casa, e os meus guri também, foi construída pelo meu pai e meu tio e é de pedra. (BP-09).





**Figura 10 - Casa de pedra com mais de cem anos**  
Fonte: trabalho de Campo

Como foi dito no que se refere as residências, se percebeu que em algumas as condições de moradia são mais precárias, onde não há banheiro no interior, os materiais estão se degradando, não permitindo aos idosos, em muitos casos, fazer reformas, pois afirmam que o benefício que recebem, mal podem pagar comida e remédios pois em alguns casos a produção agrícola inexistente, em função dos limites físicos (Fig. 11). Por outro lado também foram encontradas moradias em bom estado de conservação, conforme pode ser observado na Figura 11. Nestas residências mais antigas percebe-se um maior número de quartos, o que reflete décadas passadas onde a quantidade de filhos era maior com o objetivo de aproveitar a mão de obra da familiar.



**Figura 11 - Residências de beneficiários da previdência social em Val de Buia**  
Fonte: trabalho de Campo

O estilo de vida voltado ao trabalho na terra, faz com que os homens sigam a cultura de seus antepassados, onde desde crianças eram introduzidos no trabalho da lavoura, não sobrando tempo para brincadeiras. As famílias seguem o modelo patriarcal, onde homem tem que prover o sustento para casa e, conforme um entrevistado afirmou, não pode “perder tempo” com lazer e a mulher se ocupa com os afazeres da casa, passando muitas vezes a maior parte do dia sozinha em casa já que os filhos quando moram junto vão para o trabalho também ou para a escola.

Os mais jovens demonstraram que não seguirão a mesma vida dos pais, e são incentivados a estudar para ter uma vida melhor, nem sempre trabalham desde cedo na lavoura, assimilam as novas tecnologias como a informática por exemplo e se acostumam muito facilmente ao estilo de vida urbano, muitas vezes ao saírem para estudar acabam não retornando, tendo a casa dos pais como uma referencia de encontro da família em certas datas. Uma característica do aposentado rural é de que ele continua trabalhando embora com possibilidades limitadas.

Entre as mulheres, um fato chama a atenção, é a solidão que, segundo quase metade das mulheres sofrerem, segundo elas é depressão, e algumas atribuem a doença à solidão, outras, no entanto não sabem explicar a origem. Em alguns casos, foram relatados um alto grau de exclusão familiar, no caso de idosos cujos filhos moram longe, mas também alguns afirmaram que dificilmente convivem com pessoas que não são do núcleo familiar. Sobre esse tema cabe ressaltar o sentimento de alegria e entusiasmo desses idosos quando chegávamos em suas casas, é como se naquele momento fossemos amigos e até familiares, como em alguns casos extremos de abandono. Conforme a representante do grupo da terceira idade “tem gente que procura o serviço de saúde só para ter com quem conversar”, sem ter um problema de saúde que necessite o auxílio médico, mas aquela espera de atendimento é um momento agradável de encontro, e, segundo ela, ninguém reclama por ter que esperar.

As mulheres queixam-se de solidão e muitas vezes sentem que seu trabalho é desvalorizado, já que este não rende lucros diretamente, na maioria das vezes sua opinião não tem um peso considerável nas decisões, tal fato também foi observado por Zanini (2006) que afirma que o problema de depressão entre as mulheres foi constatado em várias entrevistas, quando fazia entrevista par sua tese de doutorado.

Segundo a Secretária de Saúde do município o problema só acontece em poucos casos, talvez pela falta de reconhecimento do problema não existam programas voltados para atender a esta demanda que merece atenção por se tratar de um problema grave, mas que é passível de tratamento.

A proximidade com o município de Santa Maria, que é uma referência no que diz respeito ao setor educacional, faz com que os jovens acabem por se sentir atraídos pela possibilidade de buscar aperfeiçoamento através de cursos em diferentes níveis fora do município. Em alguns casos, uma proposta de trabalho em outra cidade é suficiente para que não retornem ao município, sendo neste caso, inclusive incentivados pelos pais, que não esperam que os filhos tenham um futuro melhor permanecendo em sua localidade, e assim resignados relatam sobre a partida de seus filhos.

Isto se pode constatar em alguns relatos,

O filho embora seja engenheiro agrônomo, não permaneceu no campo e quando menos imaginávamos, foi embora. Os netos também não têm interesse em trabalhar na terra, é muito difícil... Deus os livre de continuar no campo. A vida aqui não é fácil, é muito trabalho e pouco reconhecimento (BP-11).

O filho já foi embora e os netos não vão querer ficar aqui. A propriedade é muito pequena e é difícil uma família sobreviver com o que produz. As coisas não estão fáceis para nós que só sabemos este ofício. Daí eles vão e a gente fica com o peito apertado, mas eles têm que ir e agente apóia. (BP-10).

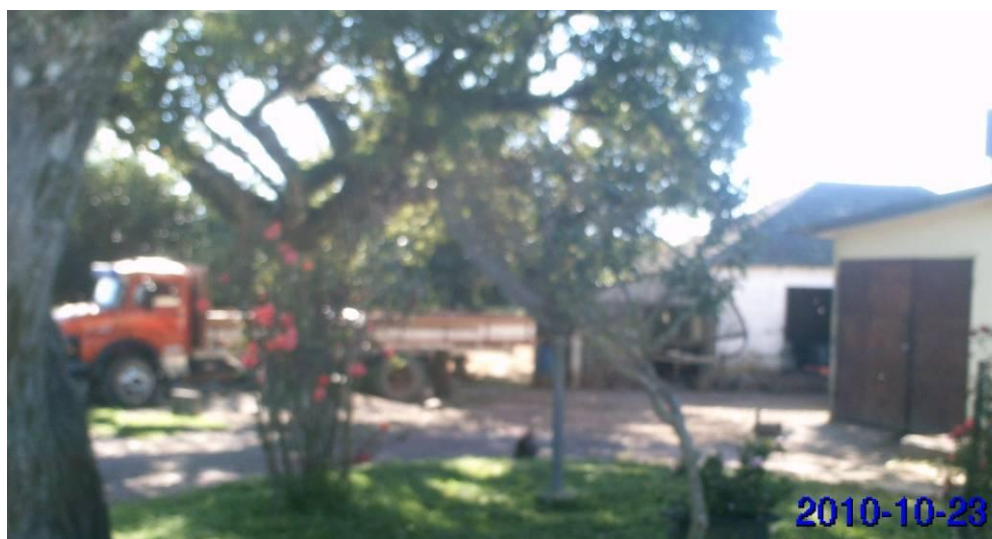
Um dos filhos continua com a gente e as filhas foram para a cidade. Aqui é muita pouca terra, não dá para todos ficarem trabalhando (BP-01).

O apego que os idosos demonstram pelo lugar, afirmando categoricamente que não tem vontade residir na cidade, nem sempre é o que os filhos sentem, tanto que por vezes, estes sentem-se excluídos e vítimas de preconceito por residirem no campo, e esta ideia é erroneamente transmitida inclusive pelos pais, que consideram que o trabalho do campo é muito sofrido e pouco valorizado.

Entre os homens, segundo representante da Secretaria da saúde, o problema do alcoolismo ocorre em alguns casos devido a "ociosidade", quando não consegue mais trabalhar o suficiente para garantir a continuação da produção, os homens acabam sentindo-se frustrados. Também é um problema não reconhecido pelo

poder público que, talvez pelo fato do consumo do vinho fazer parte da tradição das famílias acabe por não ser considerado como uma doença.

Apenas um dos entrevistados afirmou que acredita que os netos talvez permaneçam na unidade produtiva, e neste caso observou-se uma preocupação em modernizar os métodos produtivos com a produção voltada para o cultivo da soja, e uma preocupação com a continuidade da produção já que esta conta com uma infra estrutura completa, como pode ser observado na Figura 12.



**Figura 12 - Residência na Linha Quarta Norte, várias benfeitorias, também maquinário completo.**  
Fonte: trabalho de Campo

Neste contexto, se pode constatar que os beneficiários se caracterizam por, apesar das dificuldades, terem um forte apego ao lugar onde vivem, sendo do interesse de todos os entrevistados permanecer vivendo em suas terras, onde aprenderam a trabalhar e amar as atividade ligadas a terra.

## **5.2 Impactos Sociais e econômicos da Previdência Social no município de Silveira Martins**

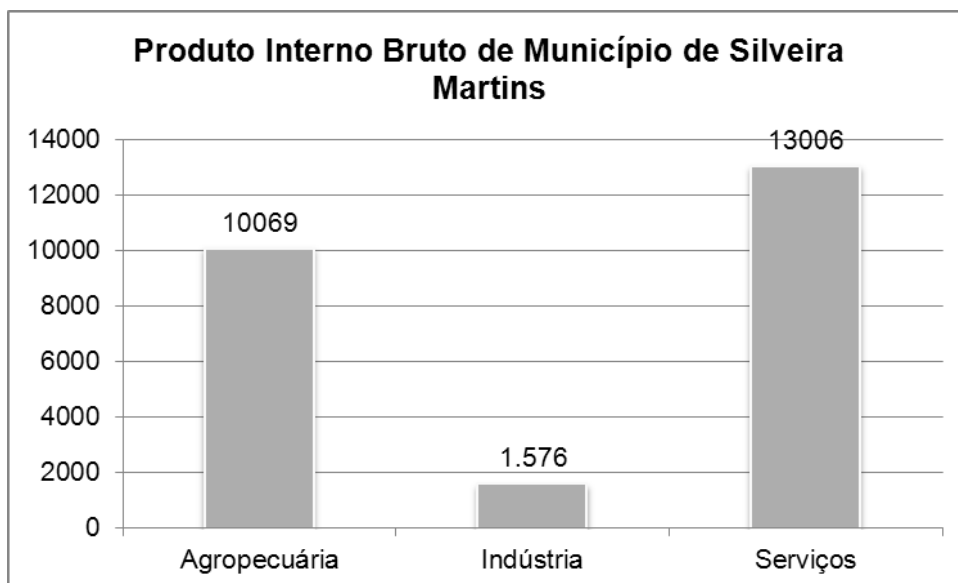
Os impactos sociais e econômicos da Previdência Social são significativos, já que o total de recursos que ingressam no município por meio de pensões e aposentadorias é bastante grande se comparados com o número de habitantes. Este fato, como já foi comentado anteriormente é de extrema importância para a

economia do município, pois independente de qualquer risco os recursos garantem uma certa segurança às famílias bem como aos setores da economia que se relacionam de forma indireta com a agricultura.

Assim, os recursos advindos da previdência terminam por incrementar a economia do município, pois grande parte desses beneficiários é gasta no próprio município. O fato dos aposentados formarem um número expressivo, este recurso para muitos é garantia de sobrevivência direciona para o fato de que estes idosos merecem um direcionamento por parte do poder público. Os beneficiários da previdência, em sua maioria não têm o hábito de sair do município para adquirir mercadorias de consumo não duráveis ou mesmo bens duráveis, o comércio local acaba captando este recurso, mesmo não tendo muitas opções de consumo, por se tratar de estabelecimentos de pequeno e médio porte. Os impostos são oriundos principalmente da arrecadação feita através do capital da Previdência Social. Para RI-01,

A importância da previdência é inegável para o município, mas é fundamental para as famílias de idosos do campo. Do jeito que está agricultura em Silveira Martins, com a diminuição da área plantada de batata, graças a aposentadoria, os produtores ainda conseguem sobreviver na propriedade rural.

Observando o a figura 13, constata-se que a agropecuária os serviços que em são as atividades que mais produzem, seguidas pelas atividades agropecuárias e em terceiro lugar a Indústria aparece, com menor expressão no município. Se esses dados forem confrontados com o total dos ingressos na aposentadoria, se perceberá que os ingressos respectivos aos benefícios do município totalizam R\$ 6.054.692, destes R\$ 3.699.730 são benefícios rurais. Estes dados revelam a importância da previdência até mesmo como fomento da economia local.



**Figura 13- Produto Interno Bruto de Município de Silveira Martins (IBGE, 2010).**

Fonte: Ibge/Cidades. Disponível em

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=432065>

Também o entrevistado RI-01, comenta

Os valores monetários da previdência são grandes, digamos que das 470 famílias no município 380 aproximadamente tem aposentadorias ou pensão. É um grande recurso gerado aqui, a Emater não tem dados específicos dos aposentados, mas sabemos pela nossa experiência e atuação junto às famílias, que este impacto é muito importante. Tem propriedade pequena que não tira o que a aposentadoria rende no ano. A pequena propriedade trabalha para a venda dos produtos e subsistência, os impostos são oriundos principalmente da aposentadoria.

A aquisição de sementes e insumos até mesmo maquinário agrícola também provém deste recurso em muitos casos. O benefício da Previdência Social torna-se uma política pública de garantia de subsistência de muitas famílias, não fosse ele os problemas sociais no município seriam maiores, já que poucas são as opções de emprego e em vários casos é este benefício que mantém a família toda. Conforme o representante da EMATER, a Vila Brasília era um lugar onde antigamente moravam agricultores que viviam do plantio da batata, cultura que hoje diminuiu muito, estes moradores na maioria são desempregados e muitos também sustentam a família com o recurso Previdenciário.

Uma das características da agricultura familiar é a mão de obra da família para a produção, que apenas em alguns casos se utiliza da contratação de terceiros.

O número de pessoas em cada unidade de produção do município de Silveira Martins é pouco expressivo, observou-se em muitos casos que apenas os pais permaneciam e com uma idade avançada limitando a prática agrícola devido as limitações físicas, sendo neste caso a propriedade é apenas residência.

Como o número de filhos diminuiu muito nos últimos anos, tornando a mão de obra escassa, somado ao fato de outros irem embora, a agricultura familiar do município se encontra em fase de adaptação, em alguns casos cedendo espaço para uma nova função do rural, no caso, os sítios de lazer, conforme representante da EMATER isto é um fato normal em várias localidades uma delas é Val Feltrina, que começou uma produção de frutíferas, como os aposentados não dispõem de força física para trabalhar na produção e em muitos casos estão endividados, vendem suas terras e estas acabam sendo utilizadas não mais para a produção, mas para o lazer, a proximidade com Santa Maria facilita isto.

Conforme esta perspectiva a agricultura familiar no município apresenta uma tendência adaptação a esta nova fase, que resultam no aumentando das desigualdades, neste caso a concentração de terra não ocorre já que os agricultores acabam vendendo suas propriedades para se tornarem sítios de lazer, dando a terra outra função e relegando o agricultor familiar a mais um morador de centro urbano, sem preparo e sem condições de ter uma vida digna.

Nesse processo são ainda necessárias políticas públicas correspondentes, que possibilitem aos agricultores familiares se inserirem nos espaços econômicos dos quais estiveram economicamente excluídos. Também são imprescindíveis políticas diferenciadas pelas características regionais, que promovam as unidades familiares já inseridas no mercado e minimizem a exclusão das que se encontram em situação problemática. (SALAMONI 2000)

### **5.2.1. Políticas Públicas para os aposentados em Silveira Martins**

Políticas públicas voltadas para os idosos acabam se tornando imprescindíveis como mecanismo de enfrentamento de problemas dos beneficiários da Previdência Social garantindo seu bem estar. É um público que necessita de um direcionamento específico para o setor. Na presente pesquisa foram levados em consideração os setores envolvidos tanto os órgãos públicos como: secretaria de

assistência social, secretaria de agricultura, secretaria da saúde e EMATER e agricultores.

No município de Silveira Martins os aposentados possuem um grupo da 3ª idade que faz algumas atividades como hidroginástica, viagens, bailinhos entre outros. O grupo nasceu da iniciativa dos próprios idosos e em 17 de agosto de 1999, foi aprovada a Lei municipal nº463 (ANEXO 2) que diz que o grupo deverá ter apoio especial dos órgãos públicos do município, além disto a lei institui que deveria ser lançado como data comemorativa anual a semana do idoso, com uma programação voltada para estes. No entanto a vários anos esta semana não existe mais, quanto ao auxílio ao grupo da terceira idade, segundo a Secretaria de Assistência Social a Prefeitura ajuda com o que pode e transporte para os aposentados virem para cidade praticarem esportes é fornecido.

Outra Lei criada pela Prefeitura foi a Lei municipal nº1152 de 24 de agosto de 2010, que institui o Conselho do Idoso, que entre outras funções Art. 2º Compete ao Conselho Municipal do Idoso:

I – formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal do Idoso, zelando pela sua execução;

II – elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal do idoso;

III – indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

IV – cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/07/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 1º./10/03 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas;

V - fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei nº. 10.741/03.

VI – propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos do idoso;

VII – inscrever os programas das entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso;



VIII – zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de políticas, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso;

IX – elaborar o seu regimento interno;

X – outras ações visando à proteção do Idoso.

Cabe destacar que a referida Lei é recente e sua aplicação ainda está em processo. Até Estatuto do Idoso ser criado, não existia o reconhecimento de que esta é uma categoria que é expressiva no município e que merece políticas públicas específicas, muitas vezes no caso dos agricultores familiares as políticas voltadas para o setor é que acabam contemplando os aposentados.

Os aposentados entrevistados quando questionados sobre outra política pública, afirmaram que o grupo da terceira idade seria uma política pública, mesmo tendo partido da iniciativa privada, percebeu-se um interesse por parte das mulheres em participar do grupo, mas em muitos casos a distância da sede seria o empecilho já que elas não querem tirar os maridos ou filhos do trabalho para as levarem para o grupo, ou não possuem carro e que segundo as entrevistadas não tem transporte para todas as que manifestam vontade de participar, somente para os que moram mais próximo da área urbana já que as atividades se realizam no salão paroquial ou algumas fazem hidroginástica em Santa Maria. Entre os aposentados que participam do grupo foi relatado que os benefícios principalmente psicológicos são inquestionáveis em alguns casos até o uso de remédios diminui. Porém a participação feminina é quase que em sua totalidade. Os homens gostam de jogar cartas e bocha com os amigos no final de semana e não gostam de participar do grupo.

Os números da Previdência no município levam a preocupação de como as devem ser direcionados os programas voltados aos idosos, para que se tornem eficientes e atendam uma parcela significativa da população envolvida, isto remete ao fato de que alguns setores devem ter um enfoque específico para os aposentados como a saúde e a assistência social principalmente, para que os projetos desenvolvidos não acabem virando instrumentos ineficazes. O município possui uma unidade móvel com profissionais da área da saúde que percorrem os distritos uma vez por semana, estes atendimentos são na maior parte á pessoas

idosas. O município possui três ambulâncias que segundo a secretária de saúde buscam os idosos em casa e conduzem ao hospital da cidade e quando depende de tratamento especializado estes são conduzidos para Santa Maria, na maioria dos casos ao hospital Universitário de Santa Maria. Para os aposentados entrevistados é inquestionável a importância do benefício para o município, tanto para evitar o êxodo que acarretaria problemas no espaço urbano que não teria ocupação para estas pessoas e conseqüentemente os gastos em setores como a saúde seriam ainda maiores, pois muitos gastam boa parte do benefício que recebem com problemas de saúde.

Embora com 18 localidades no município, estas não contam com grupos comunitários organizados como acontecia anos atrás, por um motivo ou outro, problemas acabaram desmotivando a sua continuação, e hoje esta opção de lazer encontra-se limitada a campos de futebol e novenas nos finais de semana, já que o padre vem apenas uma vez por mês e todos os entrevistados eram católicos.

A secretaria da saúde adota a carteirinha do idoso do Ministério da saúde, onde é anotado todos os dados pessoais do idoso e outras informações como problemas de saúde, controle da pressão, vacinas, medicamentos que toma, internações entre outras informações.

Conforme a secretaria de Assistência Social, a prefeitura auxilia com transporte quando os idosos têm problema de saúde e precisam deslocar-se para o Hospital Municipal ou quando necessitam serviço especializado são levados para Santa Maria.

A necessidade de reafirmação desse caráter democrático é ainda mais evidente neste cenário onde o território tem a necessidade de adaptar-se a esta nova realidade com menos mão de obra e limitações no trabalho aplicado a estas propriedades, num contexto local de desigualdade e incertezas.

Programas como o Mais Alimentos acabam subsidiando a compra de máquinas, muitas vezes desnecessárias para a propriedade pelo tamanho que esta possui, tratores caros é um bom exemplo.(figura 14)



**Figura 14- Trator adquirido com recursos do programa mais alimentos**  
Fonte: Trabalho de campo



**Figura 15- Trator da mesma propriedade**  
Fonte: Trabalho de campo

Segundo representante da EMATER outra política pública importante para os aposentados, já que muitos usufruem é o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), esta afirmação também foi obtida dos agricultores que afirmam que para a maioria é um recurso importante para garantir a produção mesmo não sendo uma política pública específica e diferenciada para os aposentados. Além disto, há a distribuição de sementes e um incentivo a fruticultura.

### **5.2.2. Impactos econômicos para o município de Silveira Martins**

A aposentadoria rural representa um importante papel na circulação de renda no município, devido ao fato dos aposentados não possuírem o hábito de sair do município para adquirir mercadorias, mesmo com a proximidade de Santa Maria que é um importante atrativo no que diz respeito ao comércio. Este benefício acaba retornando para o município através da arrecadação de impostos. Os valores monetários são significativos se forem comparados com as outras formas de arrecadação do município.

Muitas propriedades rurais sobrevivem do turismo, em alguns da venda de produtos excedentes, em vários casos a agricultura não rende ao agricultor o que a aposentadoria rende durante o ano. Algumas famílias trabalham em agroindústrias aproximadamente 70 pequenas agroindústrias estão inseridas no interior do município, segundo representante da Emater, isto gera lucro para a propriedade agregando valor aos produtos e também como forma de arrecadação para o município, incrementando o setor turístico e garantindo ocupação para o casal idoso na propriedade.

Os aposentados relataram que quanto a assistência técnica os órgãos que fornecem serviços são: a Secretaria de Agricultura através de empréstimo subsidiado de trator com valor reduzido sendo 70% pago pelo agricultor e 30% pago pela prefeitura, o sindicato, e a COTRIPAL e a Emater.

A modernização é cara e o crédito por vezes diferenciado acaba favorecendo os grandes agricultores e seduzindo os pequenos a adquirirem produtos que não são necessários em sua propriedade em relação a sua pequena produção e que poderia ser substituída pela produção manual ou equipamentos menos complexos, um investimento desnecessário.

Dentro do processo produtivo da agricultura familiar, a força de trabalho é também um importante fator que pode compensar em parte, a falta de tecnologia e dar continuidade a produção, mas em muitos casos devido a saída da maior parte dos membros da propriedade, acaba obrigando a contratação de terceiros em época de plantio ou colheita principalmente. Outro impasse observado é a falta de valorização dos seus produtos que alimentam a população brasileira e são extremamente desvalorizados no mercado, desmotivando o agricultor a buscar novas formas de valorização de seu produto.

As atividades não-agrícolas estão ligadas a setores como o turístico, particularmente na 4ª Colônia de Imigração italiana no Rio Grande do Sul, percebe-se uma forte ligação do meio rural com este setor que é facilitado pelos aspectos físicos onde se destaca a caracterização geográfica da região, composta por encostas de Serra e Morros, o que facilita o turismo paisagístico, e aspectos culturais, valorizando hábitos e costumes dos povos europeus que povoaram a região. Um exemplo é o município de Silveira Martins, cidade turística, berço da 4ª Colônia e que possui uma rota turística e gastronômica. Órgãos como o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), adentram o setor agrícola buscando qualificar a mão de obra dos pequenos produtores para atender a demanda que o turismo exige nos produtos comercializados e na receptividade que atrai turistas para a região, incentivando o empreendedorismo.

Na Quarta Colônia especialmente após a década de 1990, vem se multiplicando estratégias de reprodução social da agricultura familiar. De um lado intensificam-se as atividades ligadas ao lazer ou residência de outro a valorização do espaço rural como lugar de trabalho e de vida através do reconhecimento da agricultura familiar no processo de desenvolvimento econômico, fato que se observa pela implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF.

Desta forma, influências globais do método produtivo voltado para as tecnologias e a falta de políticas públicas eficazes voltadas para a agricultura familiar, a partilha de pequenas propriedades em heranças, as dificuldades de comercialização e os baixos preços agrícolas, estas alternativas acabam tornando-se eficazes para garantir a preservação do patrimônio familiar e a manutenção da atividade agrícola.

Todos os municípios da 4ª Colônia têm na atividade agropecuária a principal atividade econômica, mas isso não garante o sustento da família e uma boa qualidade de vida a muitos agricultores. Um rural que persiste apesar dos obstáculos do sistema capitalista e busca alternativas eficientes para garantir a permanência dos pequenos agricultores no lugar em que vivem, um elo afetivo que para as gerações mais velhas é muito difícil de desligar-se. Com relação a função social a agricultura familiar ela mantém a identidade e a tradição do lugar. Os meios de comunicação são muito eficazes no que diz respeito a novos hábitos e costumes,

mas neste caso costumes dos mais velhos são passados de geração em geração até mesmo em objetos que a tecnologia domina com equipamentos muito precisos como a previsão do tempo, por exemplo. São preservados hábitos como, escutar rádio e por este meio de comunicação ficar sabendo notícias do lugar. Em relação a função ambiental é indiscutível que a agricultura familiar é a que menos causa impacto no meio ambiente.

As transformações da agricultura brasileira são parte de um processo de desenvolvimento que acarreta de um lado, evolução tecnológica com o avanço de técnicas que permitem uma maior produtividade, em contrapartida esta evolução não atinge a todos o êxodo rural, a degradação do meio ambiente, a concentração da propriedade e renda são algumas das consequências desta modernização que atinge principalmente a agricultura familiar.

A complexidade que envolve o tema agricultura familiar é muito grande e merece um estudo aprofundado por parte dos governantes para que não se intensifiquem ainda mais estas disparidades no campo e a agricultura familiar continue cumprindo seu papel econômico e social e garantindo o acesso aos alimentos básicos a uma boa qualidade de vida. Assim como também possa garantir o equilíbrio das cidades evitando um inchaço em favelas nos grandes centros urbanos.

Segundo Abromoway (1992), o mesmo produtor familiar subordinado aos complexos agroindustriais, estabelece uma conduta especialmente camponesa diante do mercado capitalista, reafirmando o esforço em garantir a produção de subsistência.

## **Considerações Finais**

---

O espaço rural brasileiro tem passado por profundas transformações, especialmente nas últimas décadas. Tais transformações se destacaram no que se refere a inserção de tecnologias, diretamente ligadas ao aspecto produtivo, e ao modo de vida dos agricultores familiares, que acabaram resultando no êxodo rural, além de um aumento da longevidade entre, ou seja, um envelhecimento da população rural. A crise que assola, principalmente a agricultura familiar, exige reflexões sobre a criação de políticas públicas específicas.

Constatou-se no município de Silveira Martins um número significativo de idosos que recebem o benefício da Previdência Social Rural, além de outros benefícios, que ajudam a manter sua sobrevivência e da família como também, em grande medida, ou seja, 79% dos beneficiários entrevistados, usam esses recursos para investir na produção agrícola. O total recebido de cada entrevistado era de um salário mínimo, sendo que em varias famílias o número de benefícios é maior, permitindo a esses agricultores uma melhoria significativa na qualidade de vida, bem como no custeio na exploração familiar.

O direito a aposentadoria conquistado de 60 à 65 no caso dos homens e 55 à 60 anos no caso da mulheres. Esta segurança é comprovada também pelo aumento no consumo, facilitado pelas compras a prazo, o que com a produção agrícola acabava limitando-se pela incerteza da produção, esta prática é importante para o município por que incrementa a economia local, dinamiza o setor de serviços e garante a arrecadação de impostos.

A organização espacial do município em estudo é marcada pela agricultura, e sobre isso, vale lembrar que a população rural é mais expressiva que a urbana. Também é importante ressaltar que a esse rural passa a ter outras funções, que não exclusivamente agrícolas, como forma consolidar manutenção dos agricultores familiares na propriedade. A saída destes agricultores do campo pode ser

constatada, pela falta de perspectivas, principalmente dos jovens nas explorações familiares, bem como o poder de atração que centros como Santa Maria.

O núcleo familiar é importante em Silveira Martins, principalmente por estarem em sua composição imigrantes de origem Italiana que conservam as tradições e mantêm uma forma de organização do espaço muito parecida com a de seus antepassados. O beneficiário da previdência social rural tem um papel importante no núcleo familiar, sendo respeitado não só pelos membros da família, mas pela sociedade local que vê na figura do idoso o esteio, uma fonte de sabedoria. Estes aposentados, diferentemente dos aposentados urbanos que param de trabalhar, não para suas atividades apenas vai diminuindo gradualmente conforme suas condições físicas permitem e mesmo assim sentem-se frustrados por não poder colaborar no trabalho. Entre a vizinhança a relação é de amizade e de ajuda já que as residências são próximas umas das outras pela estrutura fundiária do município ser composta em sua maioria por agricultura familiar.

Além dos aspectos familiares e sociais, é importante ressaltar que a previdência social, mais especificamente a as aposentadorias e pensões recebidas por agricultores familiares, é de extrema importância para a economia do município, já que promove um considerável incremento de recursos financeiros todos os meses, o que garante de certa forma o comércio e os serviços, deste município, já que segundo os entrevistados é no município que o dinheiro dos benefícios são gastos.

Nesse sentido, e levando em conta que a população de idosos no campo tende a aumentar nos próximos anos, também se percebe a necessidade de políticas públicas voltadas a essa população. A falta de políticas públicas faz com que os benefícios da previdência sejam gastos para outros fins (saúde e produção) e não para garantir a tranquilidade e estabilidade depois de trabalhar uma vida inteira. Foi constatado que os idosos carecem de políticas públicas específicas e este é um setor que merece atenção já se trata de uma parcela significativa da população que continuar no campo, mas com dignidade. A preocupação não deve ser só com o presente, mas qual o futuro do município já que o campo está esvaziando, os poucos que ficam não tem como produzir. Por outro lado setores como o da saúde e Assistência Social devem voltar suas práticas a atender as reais necessidades desta população.



## Referências Bibliográficas

---

ABRAMODAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo Agrário em Questão**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992

ARNONI, Maria Eliza Brefere. Metodologia da Mediação Dialética e a operacionalização do método dialético: os fundamentos da lógica dialética e da ontologia do ser social como base para a discussão da questão metodológica na educação escola. In: **31ª Reunião Anual da ANPED - Constituição Brasileira, Direitos Humanos e Educação**, 2008, Caxambu. 31ª Reunião Anual da ANPED - Constituição Brasileira, Direitos Humanos e Educação. Caxambu, 2008. v. 1.

BALDASI, O. V. **O comportamento das ocupações na agropecuária brasileira no período 1999-2003**. Informações econômicas, São Paulo, v. 35, n. 9, 2005.

BANDEIRA, M. D. Componentes da dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul: fecundidade e mortalidade. In: ACCURSO, J. (Coord.). **O Rio Grande do Sul e sua população**. Porto Alegre: FEE, 2002. p. 89-126. (FEE. Documentos, 51).

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto; PINHEIRO, Sonoê Sugahara. **A população rural e a previdência social no Brasil: Uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Texto para discussão nº 759. Rio de Janeiro: IPEA, set/ 2000.

BEZERRA, Antônio Jorge Amaral. **A agricultura familiar e a universalização dos direitos sociais: estudo sobre a previdência social rural no município do Morro Redondo, Rio Grande do Sul**. Pelotas: 2006. Tese. Universidade Federal de Pelotas. Programa de Pós-graduação em Agronomia.

BIOLCHI, M. A. **Agricultura Familiar e Previdência Social Rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores**

**rurais**. 2002. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social. **Anuário estatístico da previdência social**. Brasília: MPAS / DATAPREV, 1991 a 2000.

BRASIL. **Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 set. 1991a. Disponível em: <[www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8212.htm](http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8212.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2005.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 ago. 1991b. Disponível em: <[www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8213.htm](http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8213.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2005.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Boletim estatístico da previdência social**. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br>>. Acesso em 20 de março de 2009.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Previdência, assistência social e combate à pobreza**. Brasília: MPAS, 2000. 128 p. (Série Debates)

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Relatório - assessoria econômica**. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br/doc/relatório.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2009.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Dossiê Sociologia**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 50-81, jan./jun. 2002.

BUTTNER, Anne. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido**. In: Christofolletti, Antonio; (Org.). *Perspectivas da Geografia*. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

CALLAI, Helena Copeti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: Castrogiovanni, A. C. (org). **Ensino de Geografia: praticas e contextualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CALDAS, N.V. e SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o impacto da previdência social na região missioneira gaúcha, in: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2004, Cuiabá, **Anais** Brasília: SOBER, (CD).

CALDAS, N.V.; SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o impacto da previdência social na região missioneira gaúcha. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá, MT. **Anais...** Brasília, DF: Sober, 2004. 1 CD-ROM.

CALDAS, N. V. **Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto da previdência em Salvador das Missões, RS**. Pelotas: Instituto de Sociologia e Política - UFPEL, 2004. 69 p. (Monografia)

CALDAS, N. V. **Agricultura familiar e previdência social rural: um estudo comparativo em quatro municípios gaúchos**. Pelotas: 2007. Dissertação. Universidade Federal de Pelotas. Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. (Ed.). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual: Sul, Sudeste, Centro-Oeste**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. v. 4,

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO, M. J. **Em que consiste o familiar da agricultura familiar?** In: IAPAR: ocupações rurais não-agrícolas. Londrina: Iapar, 2000. p. 153-173.

CHAYANOV, A. V. **La organizacion de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 194 p.

CHRISTOFOLETTI, A. As perspectivas dos Estudos Geográficos. In: Christofoletti, Antônio; (Org.). **Perspectivas da Geografia**. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

DAMIANI, A. L. O lugar e a produção do cotidiano. In CARLOS, Ana F. A . (org). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo, Contexto, 1999

DAVID, M. D., et ali. **Previdência rural no Brasil: uma análise de seu impacto e eficácia como instrumento de combate à pobreza rural**. Brasília: FAO/ CEPAL/ RIMISP, Agosto/ Setembro de 1999. 76 p. (Seminário: experiências exitosas de combate à pobreza rural na América Latina).

DELGADO, G.. **Experiências exitosas de combate a pobreza rural: lições para a reorientação de políticas**. Caso Brasil: sistema de previdência social rural. Brasília: FAO, 1999. 33 p. (Projeto FAO Pobreza – LOA 98290/RLC).

DELGADO, G. **Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica**. Brasília: IPEA, 1997. 70p. (Texto para Discussão 477)

DELGADO, G. **Capital Financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Icone Editora. 1983

DELGADO, G; CARDOSO Jr., J. C. (coord). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000. 242 p.

DELGADO, G.; CARDOSO Jr., J. C. **O idoso e a previdência rural no Brasil: e experiência recente da universalização**. Brasília: IPEA, dezembro de 1999. 23 p. (Textos para discussão nº 688)

DELGADO, G.; CASTRO, J; de. **Financiamento da previdência rural: situação atual e mudanças**. Brasília: IPEA, outubro de 2003. 21 p. (Texto para Discussão 992)

DELGADO, G. et ali. **Avaliação socioeconômica e regional da previdência social rural: relatório metodológico**. Brasília: IPEA, 1999. 43 p.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995**. 1999. 222 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Campinas, Campinas.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. 6ª edição. Campinas: Ed. Autores Associados, 1999. 102 p.

ESCOBAR, A. Antropologia Y desarrollo. **Revista Internacional de Ciências Sociais**, nº 54, 1997. Disponível em: [www.unesco.org/issj/rics154/escobapsa.html](http://www.unesco.org/issj/rics154/escobapsa.html)

GRAZIANO DA S, J. O Novo Rural Brasileiro. **Nova Economia**, vol. 7, nº 1, 1997. p. 43-81.

GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e ecologia**: Crítica a agricultura moderna. São Paulo: Brasiliense. 1997.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997.

HOFFMANN, R. **Os limites da desigualdade de renda**. Gazeta Mercantil, 6 de novembro de 2001, p.3, 2001.

JOLLIVET, M. Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas. In **Estudos Econômicos**, volume 24 (número especial: "Agricultura sustentável"), 1994. p.183-198.

JOLLIVET, M. A "vocação atual" da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11, 1998. p.5-25.

JOLLIVET, M. **Pour une science social   travers champs: paysannerie, ruralit , capitalisme** (France XX Si cle). Paris,  ditions Arguments, 2001.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930 - 1970)**. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira. 1971.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAMARCHE, H., et al. **A agricultura familiar: compara o internacional do mito   realidade**. Tradu o Frédéric Bazin: Campinas: UNICAMP, 1993.

MERTZ, M. M.. A agricultura familiar no Rio Grande do Sul - um sistema agrário colonial. **Ensaio FEE**, v. 25, p. 277-298, 2004.

MAESTRI, M. **Os Senhores da Serra**. A coloniza o italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: Editora da UPF, 2005, 160p.

MEDEIROS, R. M. V. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

SACCO DOS ANJOS, F. GODOY, W. I. CALDAS, N. V.; GOMES, M. C. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, n.3, v.42, jul / set 2004, p. 529-548.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: EGUFPEL, 1995. 169 p.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SALOMONI, G. **Produção Familiar Integrada ao C. I. Brasileiro-a produção de pêssigo no município de Pelotas-RS**. Rio Claro: UNES, 1992(Dissertação de Mestrado)

SALOMONI, G. **Produção Familiar; Possibilidades e Restrições para o Desenvolvimento Sustentável- o exemplo de Santa Silvana- Pelotas- RS**. Rio Claro: UNESP, 2000 (Tese de Doutorado)

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2002

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

SAQUET, M. A. Colônia Silveira Martins/RS: gênese e desenvolvimento. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente/SP, v. 19/20, n. 19/20, p. 59-77, 2002.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da colônia Silveira Martins/RS**. Porto Alegre/RS: Est Edições, 2003

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. 205 p.

SCHWARZER, H. **Paradigmas da previdência social rural: um panorama da experiência internacional**. Texto para Discussão no 767. IPEA. Brasília, novembro de 2000b. Disponível em <www.ipea.gov.br>.

\_\_\_\_\_. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil** – Evidências Empíricas de um estudo de caso no estado do Pará. IPEA. Rio de Janeiro. 2000a. (Texto para discussão 729) <www.ipea.gov.br>.

\_\_\_\_\_. A previdência rural na experiência internacional. In: DELGADO, G. C. & CARDOSO Jr., J. C.(orgs). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**.2 ed. Brasília. IPEA. 2003.

TRIVIÑOS, A. N. Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais. Idéias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis**. Vol IV. Nov. 2001. 2ª ed. Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter dos Reis. 2001

TUAN, Yi-Fi. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel,. 1985

TUAN, Yi-Fi. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel. Tradução Livia de Oliveira. 1985

VIERA, E. G. ; ROVANI, F. F. M. . O uso da terra em Silveira Martins: uma nova perspectiva ou possibilidade por meio das geotecnologias. In: 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. **12º Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Caminando en una América Latina en transformación, 2009.

ZANINI M. C. C.. **Italianidade no Brasil Meridional – A construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS**. Santa Maria: ed. UFSM. 2006.

## **APENDICES E ANEXOS**



## APENDICE- Roteiro das entrevistas com os representantes das instituições

Convencionou-se denominar os entrevistados através da sigla RI

### OS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO MUNICÍPIO DE SILVEIRA MARTINS, RS.

Entrevistado: .....

Localidade	Tipo de informante	Nº roteiro

- 1) Os dados da Previdência Social Rural no município
- 2) Caracterização das famílias do campo em Silveira Martins
- 3) Opinião sobre o que representam os dados referentes a aposentadoria para o município
- 4) Existem políticas públicas específicas para os aposentados rurais para que permaneçam no campo
- 5) Comentário sobre as políticas
- 6) Impactos econômicos da aposentadoria para as famílias no campo e para os municípios
- 7) Impactos sociais do benefício para as famílias no campo e para o município
- 8) Impacto cultural para as famílias e para o município
- 9) Problemas enfrentados pelos aposentados
- 10) A qual religião pertence
- 11) Formas de Lazer
- 12) Como o aposentado é visto pela sociedade local
- 13) Como aposentado é visto pelos próprios familiares

## **APÊNDICE- Roteiro das entrevistas com os beneficiários da previdência social Rural**

Convencionou-se denominar os entrevistados através da sigla BP

### **OS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO MUNICÍPIO DE SILVEIRA MARTINS, RS.**

Entrevistado:.....Data:.....

Roteiro para entrevista para os aposentados

- 1) Como é viver aqui?
- 2) Gostaria de ir para a cidade?
- 3) Sente falta de alguma coisa?
- 4) O que a sua aposentadoria ou benefício ajuda na vida da família?
- 5) Realiza alguma atividade de lazer?
- 6) Há alguma política pública voltada para o lazer?
- 7) Tem problema de saúde?
- 8) Qual a sua religião
- 9) Como é a relação com a vizinhança?
- 10) Educação
- 11) Os filhos e netos irão permanecer no campo? O que poderia ser feito para que eles ficassem no campo?

**APÊNDICE- Questionário realizados com beneficiários da previdência**

**OS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL  
NO MUNICÍPIO DE SILVEIRA MARTINS, RS.**

**AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO LOCAL E PLURIATIVIDADE**

Questionário

Entrevistado:..... Data:.....

**Estrutura Fundiária, Capital e Produção**

**1) Estrutura Fundiária**

Área Total (ha)	Área (ha)					
	Própria	Em Parceria		Arrendamento		Outra forma
		De Terceiro	Para Terceiro	De Terceiro	Para Terceiro	

1.1) Quanto paga pelo arrendamento (informar dinheiro ou produto)?

1.2) Quanto ganha com arrendamento(informar dinheiro ou produto)?

1.3) Quanto paga na parceria(informar dinheiro ou produto)?

1.4) Quanto ganha na parceria(informar dinheiro ou produto)?

**2) Como o Senhor obteve suas terras-áreas próprias? (Indicar ao lado quantidade em hectares)**

Quantidade de área

- ( ) através de herança .....  
 ( ) compra de parentes .....  
 ( ) através de doação .....  
 ( ) as terras são de posse provisória .....  
 ( ) por atribuição (colonização, etc) .....  
 ( ) outra .....

**3) Atividade de produção vegetal – roça (Ano agrícola de setembro de 2009 a agosto de 2010)**

Especificação	Superfície e área plantada (ha)	Quantidade Total Colhida	Destino da Produção (quantidade e preço obtido)			
			Venda e /ou Comércio		Para o Consumo Familiar	Para o consumo animal
			Quantidade	Valor/ Unidade(R)		

				\$)		
Batatinha						
Feijão						
Fumo						
Mandioca						
Milho						
Soja						
Frutas						
Pastagem						

4.1.

	Área total
Terras inaproveitáveis	
Matas e florestas naturais	

4.2. Benfeitorias(casa,estábulo,etc) \_\_\_\_\_

**5) AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PRODUÇÃO VEGETAL(ANO AGRÍCOLA DE SETEMBRO DE 2009 A AGOSTO DE 2010)**

Especificação	Quantidade/unidade	Valor pago por unidade
Sementes		
Mudas		
Adubo químico (NPK,etc.)		
Adubo orgânico (esterco,etc.)		
Uréia		
Calcário		
Óleo diesel		

**6) Para quem o Senhor vende a maior parte da produção vegetal?(assinalar apenas uma das alternativas)**

- ( ) Venda direta para consumidores, nas casas ou em feiras livres  
 ( ) Para cooperativa  
 ( ) Para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado  
 outro \_\_\_\_\_

**7) Possui horta? Sim( ) Não( )**

7.1. A horta é suficiente para atender as necessidades da família? Sim( ) Não( )

7.2. Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados da horta (por semana, por mês) em R\$ \_\_\_\_\_

7.3. Assinale os principais produtos que possui na horta

- ( ) alface ( ) cenoura ( ) repolho ( ) radite ( ) pimentão  
 ( ) beterraba ( ) couve ( ) tomate ( ) rúcula ( ) moranga  
 ( ) cebola ( ) tempero verde ( ) alho ( ) brócoli ( ) couve-flor  
 outras: \_\_\_\_\_

**8) Possui Pomar? Sim( ) Não( )**

8.2. Na sua opinião quanto valem os produtos que não são retirados do Pomar em R\$ (por semana, por mês) \_\_\_\_\_

8.3. Assinale os principais produtos/variedades que possui no pomar

- ( ) uva ( ) laranja ( ) pera ( ) figo ( ) limão  
 outros \_\_\_\_\_

**9) Efetivos animais disponíveis (Ano agrícola setembro de 2009 a agosto de 2010)**

Inventário das criações Raças Categorias	Efetivo	Valor/Unidade	Animais vendidos Nº	Preço dos animais vendidos	Consumo Familiar
Bovinos					
Touros					
Vacas					
Novilhas					
Bois para trabalho					
Frango de Corte					
Frango caipira					
Suínos					
Ovinos					

Equinos					

**10) Produção de origem animal (Ano agrícola setembro 2009 a agosto de 2010), usar produção por dia, semana, mês ou ano.**

Especificação	Unidade	Quant. prod.	Quant. venda	Preço venda	Consumo familiar
Leite					
Ovos					
Mel					
Peixes					
Queijo					
Embutidos					

**11) Insumos das atividades de produção animal (Ano agrícola setembro de 2009 a agosto 2010)**

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor pago por unidade
Sal mineral			
Rações(suínos,bovinos,aves)			
Componentes para rações (milho,sorgo, vitaminas, farelos etc.)			
Produtos veterinários(vacinas, antibióticos, carrapaticidas, vermífugos, desinfetantes, etc.)			
Outros insumos animais(especificar)			

**12) Para quem o Senhor vende a maior parte da produção animal?(assinalar apenas uma alternativa)**

- Venda direta para consumidores nas casas ou em feiras livres  
 Para Cooperativa  
 Para agroindústria e /ou empresa privada se estiver integrado  
 Para poder público, município, etc.  
 Para intermediário- atravessador  
 Não vende

Outro \_\_\_\_\_

**13) Listar produtos processados ou beneficiados dentro do estabelecimento(Transformação caseira ou agroindústria familiar)**

Produto produzido	Quantidade produzida	Unidade	Preço médio de venda por unidade	Quantidade vendida	Quantidade consumida pela família
Queijo					
Salame					
Vinho					
Banha					
Conservas					
Doces					

**14) Para quem o Senhor vende a maior parte dos produtos de produção caseira(assinalar apenas uma alternativa)**

- ( ) Venda direta para consumidores nas casas ou feiras livres  
 ( ) Para cooperativa  
 ( ) Para agroindústria e/ou empresa privada se estiver integrado  
 ( ) Para o poder público, município etc.  
 ( ) Para o intermediário – atravessador  
 ( ) Não vende

**15) Benfeitorias e instalações(todas as disponíveis no estabelecimento)**

Especificação	Quantidade	1( )alvenaria 2( )madeira )mista	3( )	Idade do bem ou ano de construção	Área construída em m
Açudes					
Aviários					
Casas de empregados					
Estábulo					
Estufa de fumo					
Estufa plástica					
Galinheiro					
Galpões,armazém,etc					
Pocilgas/chiqueiro					
Poços artesianos					
Silo					
Outros(especificar)					

**Para efeito de depreciação considerar Alvenaria com menos de 50 anos 1962**

**Madeira com menos de 30 anos – 1982**  
**Mista com menos de 40 anos – 1972**

**6) Outros gastos (valores anuais) ano agrícola setembro 2009 a agosto 2010**

Discriminação	Valor R\$(indicar se é por mês ou por ano)
ITR – Imposto da Terra	
Contribuição sindical(mensalidade,anuidade)	
Luz elétrica para Unidade de Produção	
Gás(GLP)somente para a propriedade	
Água encanada(taxa,etc)	

**17) Máquinas e equipamentos (Ano agrícola setembro de 2009 a agosto de 2010)**

Especificação	Quantidade	Idade
Caminhão/marca		
Tração animal em juntas(bois,cavalos)		
Trator /marca		
Microtrator		
Arado de tração animal		
Grade de tração mecânica		
Semeadora de tração mecânica		
Semeadora de tração animal		
Ensilhadeira		
Roçadeira		
Carreta agrícola		
Pulverizador tracionado		
Pulverizador costal motorizado		
Pulverizador costal manual		
Ordanhadeira		
Resfriador de leite		
Motor elétrico		
Bomba de água		
Triturador de cereais		
Carroça		
Picador de pasto (forrageiras)		
Máquina de costurar fumo		
Outros (especificar)		



**18) Quais são as práticas de conservação de solo praticadas na sua propriedade?** Ano agrícola de setembro de 2009 a agosto de 2010.

- ( ) adubação verde      ( ) adubação orgânica com esterco e outros materiais orgânicos  
 ( ) curvas de nível      ( ) reflorestamento de áreas degradadas  
 ( ) plantio direto      ( ) controle alternativo(sem veneno)de pragas e doenças  
 ( ) rotação de culturas      ( ) Não realiza nenhuma prática conservacionista  
 ( ) consorciamentos de culturas

### FAMÍLIA E TRABALHO

**19) Composição da família(Informar todos os componentes da família)**

Nome	Relação com o chefe(A)	Idade	Tipo de Trabalho (B)	Estado Civil (C)	Escolaridade (D)

### ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE

Somente preencher para membros que têm atividades não agrícolas

**20) Os membros de sua família que trabalham em atividades não-agrícolas(fora ou dentro da propriedade) fornecem algum tipo de ajuda nas atividades agrícolas da propriedade?**

- ( ) Sim      ( ) Não      ( ) Não sabe/não respondeu

**21) Os membros que trabalham em atividades não-agrícolas contribuem com as despesas da família da UP?**

- ( ) Sim      ( ) Não      ( ) Não sabe/não respondeu

**22) SE SIM. Em que é aplicada a maior parte do valor das rendas de atividades não-agrícolas. Assinale apenas uma alternativa**

- ( ) para investimentos na propriedade      ( ) tanto p /investimento na propriedade como conforto  
 ( ) para sustento(subsistência )da família      ( ) nas despesas pessoais de todo tipo  
 ( ) para aumentar o conforto da casa      ( ) não sabe/não respondeu  
 ( ) outra \_\_\_\_\_

### POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

**23) Assinale de quem recebeu assistência técnica(assinalar todos)** Ano agrícola setembro de 2009 a agosto de 2010.

- ( ) Não recebeu assistência técnica      ( ) ONGs  
 ( ) Cooperativas de produção      ( ) Empresas integradoras  
 ( ) Sindicato      ( ) Assistência técnica particular(liberais)  
 ( ) Secretaria Estadual da Agricultura      ( ) EMATER

( ) Secretaria Municipal da Agricultura

**24) SOMENTE para assistidos da EMATER. Qual o grau de satisfação em relação a assistência técnica que recebe da EMATER:**

- ( ) Muito satisfeito  
 ( ) satisfeito  
 ( ) insatisfeito  
 ( ) não sabe/não respondeu

**25) Assinale em quais atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa:**

Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas

Sim ( ) Não ( )

Participa de demonstrações de novos produtos e/ou dias de campo

Sim ( ) Não ( )

Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias

Sim ( ) Não ( )

Assiste palestras ou apresentação sobre temas agropecuários

Sim ( ) Não ( )

Lê livros técnicos sobre agricultura e atividades rurais

Sim ( ) Não ( )

**26) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola (setembro de 2009 a agosto de 2010)**

Sim ( ) Não ( ) ( ) Não sabe/não respondeu

**26.1. Em caso afirmativo, informar (responder utilizando códigos):**

Finalidade (A)	Fonte (B)	Indicar produto ou finalidade	Valor financiado (R\$)	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação R\$ (indicar se é por mês ou ano)

**27) Em caso afirmativo, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola (setembro de 2009 a agosto de 2010) ?**

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício (A)	Número de meses em que recebeu o benefício	Valor mensal recebido R\$ (*)

**28) Se Sim, indicar em que são utilizados os recursos da aposentadoria ou pensão:**

- ( ) Custeio da unidade produtiva da família  
 ( ) Compra de máquinas e /ou equipamentos

( ) Outro. Especificar qual \_\_\_\_\_

**29) Qual sua religião?**

**30) Composição da moradia**

**31.1. Tipo de piso predominante**

**32.2. Instalações sanitárias**

**33.3. Tipo de cobertura predominante**

**34.4 .Tipo de parede externa predominante**

**35) Abastecimento de água**

**36) Destino dos dejetos humanos**

**37) Qual o principal tipo de abastecimento de energia elétrica?**

( ) rede geral

( ) gerador próprio

( ) não possui

( ) outro \_\_\_\_\_

**38) Bens de Consumo que existem no domicílio (assinalar quantidade)**

**Anexo 1- Lei legislativa municipal n.º 463, de 17 de agosto de 1999**

INSTITUI "A SEMANA MUNICIPAL DO IDOSO".

JAIRO NICOLOSO, Prefeito Municipal de Silveira Martins,  
Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto no Artigo 66, Inciso IV da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte

**L E I :**

Art. 1º - Fica instituído de 25 de setembro a 01 de outubro " A SEMANA MUNICIPAL DO IDOSO " , neste Município.

Art. 2º - Será formada uma comissão composta por três pessoas que dará assistência especial aos idosos do Município.

Art. 3º - A comissão deverá ter um coordenador que agilize campanhas e eventos para os idosos carentes e desamparados.

Art. 4º - O Grupo da Terceira Idade deverá ter um apoio especial por parte dos órgãos públicos deste Município.

Art. 5º - Fica incluído no calendário de eventos do Município.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em Silveira Martins, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e nove.

JAIRO NICOLOSO  
Prefeito Municipal.

**Anexo 2- Lei Municipal nº779 de 29 de março de 2005**

LEI MUNICIPAL N.º 779, DE 29 DE MARÇO DE 2005.

REGULAMENTA NO MUNICÍPIO O INCISO I DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 3º DA LEI FEDERAL 10.741/03 DE 01.10.03, QUE TRATA DO ESTATUTO DO IDOSO.

CLEMOR ANTONIO BALEN, Prefeito Municipal de Silveira Martins,  
Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, de conformidade com o que determina a Lei Orgânica do Município em seu Artigo 66, Inciso IV, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica garantido ao idoso o atendimento preferencial e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviço à população.

Art. 2º - Fica revogada toda a disposição em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Silveira Martins, aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e cinco.

CLEMOR ANTONIO BALEN,  
Prefeito Municipal.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Ana Beatriz M. Barros,  
Sec. De Administração